Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 20

DIÁRIO POPULAR - PELOTAS- RS - OPINIÃO
ANFIP

Fios soltos na simplificação tributária (Artigo) 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Câmara prepara minirreforma eleitoral a toque de caixa 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Offshore em MP foi "o maior jabuti da história recente", afirma Lira 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Votação do projeto de lei do Carf é adiada no Senado 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo prevê desconto para IR de fundo exclusivo 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mudança no Carf pode gerar R\$ 11 bi anuais, estima BIG 10

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Superávit em 2025 é possível, mas exige esforço no Congresso, afirma Werlang 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira manda recado para o governo com a derrubada de duas MPs 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência: proteção social para todos os brasileiros (Artigo) 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
SEGURIDADE SOCIAL

Fila do INSS pode ser maior 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo deve ser de R\$ 1.421 em 2024 19

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Fila por benefícios do INSS pode ser maior que o informado 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
POLÍTICA

A falsa austeridade do Legislativo (Editorial) 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com fim do arcabouço, agora é a vez da reforma tributária - MERCADO S/A 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

As perspectivas do turismo brasileiro com a reforma tributária (Artigo) 25

Sexta-Feira, 25 de Agosto de 2023

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto que beneficia igrejas trava e esfria flerte entre governo Lula e evangélicos 27

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Teto não resolve reforma tributária (Editorial) 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Nunca foi tão importante ter economia segura para investidor" 31

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: por um IVA dual com eficiência e sem complexidade 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mínimo de R\$ 1.320 e correção na tabela do IR vão para sanção 35

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Jair Renan é alvo de buscas em ação contra estelionatários 37

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bancos voltam a indicar ações da Petrobras após reajustes 39

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Ampliação dos Brics reposiciona o Brasil na geopolítica mundial - NAS ENTRELINHAS 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Ampliado, bloco terá 36% do PIB global 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Brics+ (Editorial) 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Por um pacto em defesa da juventude preta, pobre e periférica (Artigo) 46

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Câmara pode ampliar benefício a municípios e impor perda a Haddad 48

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Brics cresce e países de perfil autoritário ganham vaga no grupo 50

Fios soltos na simplificação tributária (Artigo)

*por Vilson Antonio Romero Jornalista, auditor fiscal,
presidente da Associação Nacional dos Auditores
Fiscais da Receita Federal do Brasil, diretor da
Associação Riograndense de Imprensa (ARI)*

Vamos combinar: não está sendo feita uma **reforma tributária**. O texto traz, isto sim, uma simplificação parcial do "manicômio tributário" no qual vivemos, nós, contribuintes.

Os dois novos **tributos** anunciados: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), numa conjugação chamada de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), podem ter uma alíquota no topo do gênero em termos internacionais.

Há inúmeros fios soltos ainda no processo que tem apoiadores entusiasmados tanto quanto críticos exacerbados. Algumas mudanças são alentadoras, como a taxação no destino, o fim da cumulatividade (tributo sobre tributo) e instituir um "imposto do pecado" sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Porém, as pressões setoriais privilegiaram segmentos com isenções ou redução em até 60% nas alíquotas.

Foram isentadas atividades de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística; serviços de educação previstos pelo ProUni; serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano; produtor rural pessoa física ou jurídica com receita anual inferior a R\$ 3,6 milhões e para produtos integrados; serviços relacionados ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse); bem como itens de uma futura cesta básica nacional.

Outros setores lograram constitucionalizar a redução das alíquotas em cerca de 60%, como serviços de educação; serviços de saúde; dispositivos médicos e de acessibilidade para deficientes; medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; insumos agropecuários e aquícolas, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal; produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais nacionais e atividades desportivas; bens e serviços relacionados à segurança e soberania nacional, segurança da informação e cibernética.

É uma questão aritmética: se a alíquota de referência, estimada em 24%, diminuir ou zerar para alguns, deverá ser compensada com a elevação para outros segmentos para obtermos a chamada "reforma neutra", sem elevação da carga tributária para a sociedade.

Isso sem falar que a Cofins, principal fonte de financiamento da **Seguridade Social**, some nesse cipoal, sem garantir recursos orçamentários à saúde, assistência e **previdência social**, políticas fundamentais do nosso "welfarestate" tupiniquim.

Há inúmeras questões que nos fazem duvidar se, efetivamente, teremos uma mitigação da "guerra fiscal" nos termos do texto hoje no Congresso, até porque com essa simplificação tributária ainda não chegaremos perto de cumprir a promessa de campanha de "colocar o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda". Falta muito. Vamos torcer.

por Vilson Antonio Romero Jornalista, auditor fiscal,
presidente da **Associação Nacional dos Auditores
Fiscais da Receita Federal do Brasil**, diretor da
Associação Riograndense de Imprensa (ARI)

Notícias Relacionadas:

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG
Fios soltos na simplificação tributária

Site:

<https://diariopopular.com.br/api/arquivos/41/flip/2023-08-25/JORNAL/JORNAL-2023-08-25.pdf>

Câmara prepara minirreforma eleitoral a toque de caixa

Vinicius Doria

O Grupo do Trabalho da Minirreforma Eleitoral da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o cronograma de trabalho proposto pelo relator, deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA), que terá como norte "a simplificação das legislações eleitorais, com foco no que é essencial". O parlamentar assegurou, na reunião do colegiado, que "não haverá alterações de vulto, não será uma reforma política".

Os ajustes que serão avaliados pelo grupo de trabalho foram previamente acordados com as lideranças partidárias, mas haverá espaço, na semana que vem, para debates com especialistas, acadêmicos, juristas e representantes de partidos políticos, em audiências públicas. O primeiro convidado é o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, que participará de uma sessão pública na terça-feira, às 15h.

O objetivo do relator é apresentar e aprovar o anteprojeto de lei até 6 de setembro, para que a Câmara e o Senado tenham, pelo menos, quatro semanas para apreciar e votar a matéria. O texto precisa ser aprovado nas duas Casas até o fim do mês que vem para que possa valer nas eleições municipais de 2024 sem ferir o princípio da anualidade, que proíbe viradas de mesa na legislação eleitoral a menos de um ano da data do pleito.

Pontos de ajuste

Rubens Pereira Jr. listou os principais temas que devem ser objeto de ajuste pelo Parlamento, como a regulamentação das candidaturas coletivas (mandatos compartilhados) e das chamadas "sobras de votos" do sistema proporcional. Também serão encampadas propostas para aprimoramento da regra que permite a formação de federações partidárias; simplificação da prestação de contas por agremiações e candidatos; adaptações na propaganda eleitoral, para aperfeiçoar as regras sobre campanha na internet e, ainda, permitir dobradinhas e propagandas conjuntas; antecipação dos prazos de registro de candidaturas na Justiça Eleitoral; e "ajustes pontuais" nas regras de financiamento das campanhas e de inelegibilidade.

Também ficou definido que matérias que estejam em tramitação na Câmara e no Senado não constarão do

anteprojeto de lei, como as previstas na Proposta de Emenda à Constituição Nº 9 - que anistia sanções por descumprimento da cota de verbas para candidaturas femininas ou por prestações de contas anteriores a 5 de abril do ano passado - ou as do novo Código Eleitoral, em tramitação no Senado desde o ano passado.

"O norte da relatoria é a simplificação da legislação, mediante alterações pontuais que vão conferir segurança jurídica a todos os envolvidos no processo político.

Está fora do escopo do GT fazer alterações de vulto no sistema político brasileiro", declarou o relator.

Para o cientista político Jorge Mizael, CEO da consultoria Metapolítica, os prazos são muito curtos para que esse debate possa ser feito com profundidade. Serão apenas uma semana para audiências públicas e dois dias para fechar o texto do anteprojeto. "A semana que vem será de encenação pública, só para dar um ar democrático (ao processo de deliberação).

E, na semana seguinte, esvaziada pelo feriado de 7 de Setembro, o grupo de trabalho vai deliberar sobre essas sete ou oito alterações de um assunto importantíssimo, que é a minirreforma eleitoral", criticou Mizael.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/25/all.pdf>

Offshore em MP foi "o maior jabuti da história recente", afirma Lira

Victoria Azevedo

Brasília O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), voltou a criticar a inclusão pelo governo federal do texto de uma MP sobre a tributação das offshores, medida para taxar recursos mantidos em paraísos fiscais, em outra que trata do salário mínimo.

Lira classificou esse movimento como "o maior jabuti que já vimos na história recente das medidas provisórias" e voltou a dizer que o Executivo não discutiu previamente com líderes da Casa.

Como mostrou a Folha, a tributação das offshores foi o epicentro do atrito entre Lira e o ministro Fernando Haddad (Fazenda). Líderes da Casa já planejavam tirar essa taxação do texto, impondo um revés ao governo Lula (PT).

Lira voltou a dizer que há um acordo com a Fazenda, que enviará uma MP para tratar dos fundos offshore e um PL (projeto de lei) com urgência constitucional exclusivamente sobre offshores.

"Esse PL vai anexar os temas da MP, ou seja, os fundos offshore e offshore serão tratados de uma maneira ampla neste PL. Quando o PL for aprovado, a MP seria revogada", afirmou Lira.

Ele diz que o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, que atua como ministro em exercício durante a viagem de Haddad à África do Sul, ratificou o acordo com o presidente em exercício Geraldo Alckmin. Segundo o parlamentar afirmou na quarta (23), caso seja cumprido esse acordo, essa proposta deverá avançar na Câmara dos Deputados.

Nesta quinta, ele voltou a dizer que o acordo prevê uma mudança no texto para que o cálculo da tributação deixe de considerar os ganhos com variação cambial de quem tem empresa no exterior. Ele disse ainda que a ideia é que o texto também deverá tratar de prazos de aplicação.

"Uma aplicação mais curta paga mais imposto, uma aplicação mais longa paga menos imposto. A questão da taxa que vai ser, a discussão de se encontrar um valor onde seja exequível, justo e que o governo arrecade o que precisa ou até mais do que espera, que é a nossa perspectiva", disse.

O presidente da Câmara também afirmou que há acordo para votar o PL que prorroga até o fim de 2027 a desoneração da folha de pagamento para empresas de 17 setores da economia na próxima terça (29) e que deputados deverão começar as discussões sobre os projetos que tratam do programa Desenrola Brasil e da regulamentação das apostas esportivas.

Lira disse que irá designar o relator do projeto das apostas esportivas até esta sexta-feira (25) -havia uma expectativa que o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) pudesse assumir como relator, mas o presidente da Casa negou essa possibilidade. "Vamos aproveitar essas duas semanas para discutir bastante esse tema", disse.

O parlamentar também negou que o texto do projeto possa ser ampliado para outros jogos de azar. "Essa questão está no Senado, esperando a designação de relator há quase dois anos", disse Lira.

Ele afirmou que irá procurar o presidente da CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para tratar do tema.

TCU vai auditar estimativa de alíquota da Reforma

O TCU (Tribunal de Contas da União) fará uma auditoria sobre o modelo de projeção de alíquotas da **Reforma Tributária** usado pelo Ministério da Fazenda.

De acordo com o tribunal, o assunto está sendo tratado pelo grupo de trabalho criado para auxiliar o Senado em questões relacionadas à reforma.

Na terça-feira (22), o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bemard Appy, já havia falado sobre a auditoria e a forma adotada para se chegar à estimativa preliminar de até 27% para os dois principais novos **tributos**.

"Esse é, disparado, o modelo mais preciso de projeção de alíquotas que temos hoje no Brasil para entender os efeitos da **Reforma Tributária**", disse o secretário em audiência no Senado para discutir o tema. "A base dele é toda a base de notas fiscais eletrônicas da **Receita Federal** cruzada com todos os dados

detalhados do Sistema de Contas Nacionais. É um modelo extremamente detalhado", afirmou Appy.

Nas simulações do governo, as alíquotas devem variar de um mínimo de 20,73% a um teto de 27%. O número considera a soma do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), para estados e municípios, com a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), tributo federal.

Esse é o patamar para manter a carga em 12,45% do **PIB** (Produto Interno Bruto), média verificada no período 2013-2022. Atualmente, a maior parte dos bens produzidos no Brasil tem uma taxa mínima de 34%.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50379&maxTouch=0&anchor=6482077&pd=006aa3e5c79f1cfb279a7aec1828e75c>

Votação do projeto de lei do Carf é adiada no Senado

A votação do projeto de lei que muda as regras do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) foi adiada para a próxima quarta-feira no plenário do Senado Federal. Havia uma expectativa de que o tema pudesse ser finalizado ontem, mas os senadores decidiram deixar a pauta para a semana que vem.

O projeto é originalmente do governo, editado pelo Ministério da Fazenda, e prevê a retomada do voto de qualidade pró-Fisco, em caso de empate. A expectativa é que a medida possa trazer arrecadação de R\$ 50 bilhões a R\$ 60 bilhões ao governo em 2024.

A Câmara sugeriu mudanças ao texto, que foram acatadas pelo Senado, como a exclusão da cobrança de multas sobre dívidas de contribuintes que perderem julgamentos pelo voto de desempate pró-governo. A Câmara aprovou a possibilidade de o pagamento ser dividido em até 12 vezes, com início da cobrança até 90 dias após o julgamento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo prevê desconto para IR de fundo exclusivo

Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana e Estevão Taiar

O governo deve propor ao Congresso Nacional, por meio de Medida Provisória (MP) a ser editada nos próximos dias, que os fundos exclusivos tenham a possibilidade de recolher antecipadamente o Imposto de Renda sobre o estoque investido, estimado em algo entre R\$ 400 bilhões e R\$ 600 bilhões.

De forma opcional, informou fonte, eles poderão pagar o IR a uma alíquota de 10%, em cinco parcelas: dezembro, janeiro, fevereiro, março e maio.

Do contrário, a alíquota aplicada poderá ser de 15%, por um prazo de até dois anos, a partir de maio de 2024. Será uma regra de transição. A alíquota é a menor entre as cobradas em aplicações financeiras, frisou o técnico.

Atualmente, os fundos exclusivos só recolhem IR quando são encerrados ou quando os recursos são sacados. Usualmente criados para gerir o patrimônio de famílias muito ricas, esses fundos passam muito tempo sem pagar Imposto de Renda. O governo pretende que eles passem a ser tributados periodicamente, como ocorre no sistema "come-cotas", dos fundos abertos.

A MP deve cumprir dois objetivos: o primeiro é recolher neste ano cerca de R\$ 3 bilhões, necessários para compensar a perda de receitas decorrente do aumento do limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) que entrou em vigor no último dia 1º de maio. Os recursos ingressariam com a parcela de recolhimentos voluntários paga em dezembro.

O segundo, reforçar a arrecadação de 2024 e ajudar a cumprir a meta de zerar o déficit fiscal. São esperados perto de R\$ 7 bilhões no ano que vem com a taxaçaõ dos fundos exclusivos.

O plano do governo é visto com ressalvas por tributaristas.

"Como atualmente o acréscimo patrimonial das cotas dos fundos de investimento era realizado no momento da alienação, resgate ou amortização das cotas, então, fato gerador do imposto sobre a renda se materializava somente nesses momentos", comentou

o advogado e tributarista Leonardo Freitas de Moraes e Castro, sócio do VBD Advogados. "Logo, não pode uma legislação posterior atingir fatos anteriores [estoque] sem ofensa ao princípio da anterioridade e irretroatividade."

Na avaliação de Arthur Barreto e Suzana Castelnuovo, sócios do Donelli e Abreu Sodré Advogados, trata-se de uma medida "embrulhada" como uma forma de justiça tributária, mas cujo propósito é aumentar a arrecadação.

O Valor apurou que o governo também já sinalizou ao mercado que planeja mudanças na tributação dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs). A proposta ainda está em discussão.

O esforço para equilibrar as contas em 2024 contará ainda com o possível fim do juro sobre o Capital Próprio (JCP), segundo apurou o Valor. Essa medida pode render mais R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões por ano, estima-se. Havia um debate interno sobre se o mecanismo deveria ser extinto ou ter seu uso limitado. Optou-se pela primeira alternativa.

Essa mudança deverá ser proposta ao Congresso na forma de um projeto de lei. Fará parte de um pacote de medidas que têm como objetivo criar condições para que as contas de 2024 terminem o ano sem déficit. Para tanto, é necessário elevar as receitas de 2024 em cerca de R\$ 130 bilhões, conforme mostrou o Valor.

O pacote será apresentado junto com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), na próxima quinta-feira (31), informou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à imprensa em Joanesburgo, na África do Sul. A MP que trata da taxaçaõ de fundos exclusivos, no entanto, deve ser editada antes do envio do PLOA. O texto pode ser publicado ainda nesta sexta-feira.

Outra medida na lista do governo é a cobrança de **impostos** de fundos no exterior (offshore). Essa mudança era a alternativa originalmente apresentada pelo governo para repor as perdas de receita com o aumento do limite de isenção do IRPF. No entanto, sofreu resistências na Câmara, por isso foi substituída pela taxaçaõ dos fundos exclusivos. O governo insistirá na tributação das offshores, mas na forma de

projeto de lei que também pode ser enviado ainda hoje.

As propostas se somam a outras que já avançaram nos últimos meses, como a retomada do voto de qualidade do governo nas votações do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O governo prevê arrecadar de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões no ano que vem, em projeções conservadoras.

Há, ainda, a regulamentação da tributação de benefícios fiscais concedidos pelos Estados no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esse tema foi decidido em abril pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a favor da União, mas a Fazenda ainda vai regulamentar a questão para garantir que as empresas paguem os **impostos** devidos e abrir uma transação tributária para tratar de débitos antigos.

Apesar de Haddad falar em arrecadar até R\$ 90 bilhões com a tributação, o valor que deve ser previsto na peça orçamentária deve girar em torno de R\$ 50 bilhões, apurou o Valor.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Governo prevê desconto para IR de fundo exclusivo

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187641?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187641?page=1§ion=1)**

Mudança no Carf pode gerar R\$ 11 bi anuais, estima BIG

Estevão Taiar

O retorno do voto de qualidade do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) pode arrecadar aproximadamente R\$ 11 bilhões por ano para o governo federal. O cálculo é do economista Fábio Serrano, do BTG Pactual. Considerado pelo Ministério da Fazenda uma das principais medidas para zerar o déficit primário do governo federal em 2024, o voto de qualidade estabelece que julgamentos empatados no **Carf** serão considerados vitória da União.

Em um cálculo conservador, o Ministério da Fazenda projeta arrecadação anual de aproximadamente R\$ 50 bilhões com as mudanças. O projeto de lei (PL) que trata do tema já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O texto deve ir ao plenário do Senado na semana que vem.

Em relatório, Serrano, do BTG, destaca que nos últimos anos, depois do fim do voto de qualidade, "todas as decisões empatadas [no **Carf**] se converteram em vitórias para o contribuinte".

"Contudo, o ritmo de julgamentos também diminuiu de maneira expressiva no período, o que reduziu o impacto negativo para a Fazenda", diz. Em 2022, por exemplo, os valores dos julgamentos empatados no **Carf**, e que acabaram todos encaminhados para o contribuinte, somaram R\$ 25 bilhões.

De acordo com o economista, "uma forma de estimar o impacto do retorno do voto de qualidade ao governo seria pressupor que o volume de julgamentos pró-Fazenda retomará" para a média registrada entre 2018 e 2019, que foi de aproximadamente R\$ 55 bilhões anuais.

No entanto, o PL "trouxe uma série de benefícios para contribuintes". Entre eles, está o cancelamento da multa de ofício de 75% em auto de infração normal; dos juros que incidem tanto sobre o principal quanto sobre a própria multa. Nesse último caso, os juros estão acumulados em aproximadamente 140%, dado o prazo médio elevado, de dez anos, do estoque de processos no tribunal.

Descontados ambos os fatores do estoque de

aproximadamente R\$ 55 bilhões, chega-se a R\$ 15 bilhões, segundo Serrano.

"Após a divisão de parte dos recursos com Estados e municípios, o total estimado para o governo central ficaria ao redor de R\$ 11 bilhões", diz.

Serrano ainda afirma que "esse montante poderá ser menor, se as companhias optarem por quitar seus processos com crédito de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), ou precatórios". Ambas as opções estão previstas no PL.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187641?page=1§ion=1>

Superávit em 2025 é possível, mas exige esforço no Congresso, afirma Werlang

Lucianne Carneiro

Ex-cliretor do Banco Central, hoje professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e assessor da presidência da universidade, Sérgio Werlang engrossa o coro dos que consideram fundamental o aumento da arrecadação para a eficácia do novo arcabouço fiscal. Em um tom mais confiante que muitos no mercado, no entanto, acredita ser viável alcançar uma arrecadação maior, que leve ao déficit primário zero em 2025 ou até um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Na sua avaliação, algumas das propostas do governo acabam com incentivos que distorcem a economia e já deveriam ter sido revistos. "É uma questão quase de justiça tributária."

Werlang, que também é sócio da Sarpen Quant Investments, reconhece que a aprovação dessas medidas para aumentar o que o governo arrecada vai depender de "esforço grande de negociação com o Congresso". Dois aspectos são necessários, segundo ele: o aumento da base do governo, com resolução do conflito com o Centrão, e explicação detalhada e exaustiva das medidas, com avaliação clara do custo de manutenção de incentivos, como o da cesta básica.

Ainda assim, ele vê risco grande de o governo ceder à "tentação de querer gastar mais" e "achar outro furinho no arcabouço". Parte do governo, diz ele, acredita que o aumento de gastos "é irrelevante para o resto da economia", o que não concorda.

O professor de economia classifica o juro real brasileiro como "altíssimo", defende que a diferença entre os juros do Brasil e dos Estados Unidos é "gigantesca e monumental" e que há muito espaço para reduzir a taxa nacional. Criador do sistema de metas de **inflação** no país, é a favor de uma meta maior, hoje em 3%, no momento em que ficar claro o controle fiscal: "Se a arrecadação subir o bastante, não vejo o porquê de não aumentar a meta de **inflação** daqui a um ano."

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Qual é o significado do arcabouço fiscal aprovado? Como avalia o projeto final?

Sérgio Werlang: O projeto final do arcabouço fiscal é

positivo, é melhor do que não ter. Entre outras coisas, porque o Congresso manteve o contingenciamento obrigatório caso não atinja a meta de superávit primário. É verdade que há pontos negativos e que a proposta original era melhor. Tem a questão do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica], que vai aumentar gastos até 2026, e do Fundo Constitucional do Distrito Federal, por exemplo. Prejudica um pouco, mas não é muita coisa. Se olhasse para trás, na época de crescimento grande da economia e da arrecadação, o arcabouço em si teria sido eficaz.

Valor: Concorda com outros analistas que depende da arrecadação?

Werlang: Esse é o grande questionamento hoje. Por contas simples, para chegar a um déficit primário de 0,25%, na banda de baixo, sem considerar o zero, seria necessário algo em torno de R\$ 110 bilhões em arrecadação extra. Uma parte disso já está contratada e vai se dar via Conselho de Administração de Recursos Fiscais [o governo espera arrecadar mais com a nova regra do **Carf**], se for aprovado como está. Mas isso é só para o ano que vem. Está claro que esse arcabouço precisa de mais aumento de arrecadação. Algum aumento pode vir por crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), mas não será muito grande. Tivemos surpresas positivas na agropecuária, um desemprego mais baixo, que reflete medidas microeconômicas de governos passados, como a reforma trabalhista. Mas não se pode esperar que o aumento da arrecadação venha só do aumento do **PIB**, como ocorreu nos outros governos Lula.

Valor: As medidas para elevar a arrecadação são factíveis?

Werlang: Algumas coisas são bastante factíveis sim. Tem a questão dos fundos offshore e dos fundos exclusivos, e a questão do imposto sobre dividendos, por exemplo. Mas deve ser feita com cuidado. As empresas que recolhem imposto pelo lucro real pagam uma alíquota alta, maior que outros países, em torno de 25%, tirando casos como países escandinavos. Quando se soma Imposto de Renda e Contribuição sobre o Lucro líquido (CSLL), a carga é de 34% para as empresas não financeiras e 45% para as empresas financeiras.

O problema é que tem muitas companhias que não usam essa base de cálculo e pagam menos. Então a ideia de imposto sobre dividendos para empresas que não recolhem **tributos** pelo lucro real é boa e justa. Outro exemplo é o da contabilização do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no custo da empresa, usado como base para IR e CSLL. Uma empresa que recebe benefício de ICMS de um Estado hoje, que é parte do jogo, e usa o ICMS cheio no custo [da empresa], isso também não é justo. Então faz sentido a mudança, a empresa já teve benefício, e isso não é difícil de explicar a razão. O [Fernando] Haddad quase conseguiu isso da primeira vez que tocou no assunto. Existem várias medidas [para elevar arrecadação] que são absolutamente palatáveis, mas têm que ser muito bem explicadas. São incentivos que foram ficando pelo caminho e as pessoas não pararam e disseram: "Está na hora de fazer uma revisão deles". É uma questão quase de justiça tributária. Todo mundo tem que pagar a mesma coisa.

Valor: É possível com mais arrecadação chegarás metas?

Werlang: Não fiz a conta, mas não me parece impossível chegar no fim de 2024, projetando para 2025, receita de cerca de R\$ 150 bilhões a mais que hoje, mas vai exigir muito trabalho no Congresso. Obviamente cada um dos lobbies vai votar contra, é parte do jogo da democracia. Cada um vai querer puxar brasa para sua sardinha.

Valor: Como deve ser essa defesa do governo?

Werlang: Foi muito importante a medida do Ministério do Planejamento [e Orçamento] de deixar claro o custo dos incentivos. Começou com a cesta básica. Isso precisa ser via cashback. Desonerar a cesta básica é dar incentivo também para rico. É importante uma avaliação objetiva de cada um dos incentivos. Não é só arrecadar mais, precisa acertar porque distorce a economia, são incentivos errados que precisam ser revistos.

Valor: Quão difícil pode ser a negociação no Congresso?

Werlang: Duas coisas acho importantes nessa relação com o Congresso. Pelas mensagens do [Arthur] Lira [presidente da Câmara dos Deputados], está claro que acha que o Centrão tem pouca participação no governo. E isso tem que ser resolvido. Como vai ser, não sei. Mas é uma questão porque a base governista, de esquerda, é pequena e precisa ampliar o apoio para aprovar projetos. Um segundo ponto, até pela experiência de interlocução que tive na época do Banco Central, é que, quando se explica as questões para os líderes, para os formadores de opinião, com

uma explicação clara, é difícil ir contra a parte técnica. Tem que explicar, explicar de novo, mostrar os estudos. Por isso são importantes essas avaliações do [Ministério do] Planejamento, para mostrar por A mais B o impacto das medidas. É preciso ter os argumentos corretos de convencimento a seu favor e os argumentos alinhados no governo. Não basta só ministros da Fazenda e o [Ministério do] Planejamento, mas também o pessoal do BNDES, do Ministério da Indústria e Comércio...

Valor: Acredita que se pode chegar a um equilíbrio de contas?

Werlang: O Haddad diz que quer chegar a zero de déficit primário no ano que vem. Eu e muitos achamos que é um pouco difícil. Não é impossível, mas um pouco difícil. Mas chegar a zero, 0,25% [do **PIB**] de superávit em 2025 acho bem possível. Se a **reforma tributária** for aprovada, será muito bom estruturalmente para o país, ainda que eu ache que o prazo previsto de transição da tributação da origem para o destino, de 50 anos, seja muito lento. Vamos ter ganhos de produtividade importantes. Os ganhos de arrecadação, se forem medidas pontuais e fáceis de explicar, também têm chance de serem aprovadas. O que deve ser evitado é a tentação de querer gastar mais, de achar um furinho no arcabouço. Tem que parar com isso. Se não parar, teremos de novo a **inflação** voltando. E esse risco acho que é grande, porque tem um pedaço do governo que acha que o aumento de gastos é irrelevante para o resto da economia, quando na verdade não é. Isso aumenta a relação entre a dívida e o **PIB**, se o país se endivida mais do que o **PIB** necessário para uma relação constante entre a dívida e o **PIB**. Se começar assim de novo, o resultado é o que já viu no fim do governo de [Jair] Bolsonaro: um aumento desenfreado dos gastos.

Valor: A **inflação** atual indica juro menor?

Werlang: A **inflação** mostra sinais claros que está cedendo, não há dúvida, por vários motivos, como a demanda contraída. Com um juro de 13,25%, o juro real é altíssimo na economia brasileira, considerando uma **inflação** esperada em 12 meses de 4%, sem ser purista. É muito acima de qualquer estimativa de juro real neutro. Não há dúvida de que o juro está muito acima de que deveria. É isso: a política monetária fez seu papel e está na hora agora de desfazer o aumento de juros. Paulatinamente, como o Banco Central faz, com cuidado... Estamos na direção certa, a decisão do Copom foi bastante equilibrada na última reunião.

Valor: A redução pode ser mais rápida?

Werlang: Em princípio, começar com 0,5 ponto, é um início ok. Eles vão rapidamente descobrir se está

apertado ou não, ver como está a atividade econômica, se a **inflação** cai mais rápido do que se imagina. Se a atividade estiver muito restrita, especialmente de serviços, a economia desacelerando mais rápido que o esperado, e a **inflação** caindo de forma consistente, não há dúvida que poderia aumentar a velocidade de queda, ir para 0,75 [ponto percentual]. No passado recente houve várias quedas que começaram mais lentas e depois se aceleraram. Um início mais cauteloso e depois aumentou o ritmo. E tudo bem.

Valor: Por que defende o aumento da meta de **inflação**?

Werlang: Se a arrecadação subir o bastante, não vejo o porquê de não aumentar a meta de **inflação** daqui a um ano. Mas para isso é preciso certeza que vai atingir algo próximo do equilíbrio primário no ano que vem e que isso é sustentável. Nossa meta é 3%, um nível de **inflação** baixo para o Brasil. Se a parte fiscal estiver sob controle, seria natural que o governo revisse a meta de **inflação** um pouco para cima, para 3,5% ou 4%, mais adiante. A condição é um [cenário] fiscal sob controle.

Valor: O que justifica isso?

Werlang: O país tem um Orçamento muito rígido em termos nominais. Não pode demitir funcionário público nem cortar salário. Pagamento de servidores e de aposentados já é uma proporção enorme do orçamento, muito maior que em outros países. Há uma rigidez no Orçamento que não permite cortes nominais, mas permite cortes reais, quando dá reajuste menor que a **inflação**. E esse reajuste tem que ser paulatino. No governo passado, atrasou-se tanto o reajuste de servidores que todo mundo pediu demais [um reajuste] depois. Não é factível corte profundo [no Orçamento], mas é possível cortes pequenos. No momento, temos desbalanceamento fiscal ainda grande. Precisamos de pelo menos algo como 2% a 2,5% do **PIB** de corte para equilibrar a relação entre a **dívida** e o **PIB**. Com desbalanceamento fiscal, não pode mudar a meta de **inflação** porque as pessoas vão duvidar que será cumprida. Isso aconteceu no passado e não foi bom. Mas se tiver o fiscal sob controle, pode aumentar um pouco a meta de **inflação**.

Valor: O cenário mundial pode afetar o juro no Brasil?

Werlang: Com a incerteza, até concordo que o juro lá fora possa continuar alto. Mas com um juro real perto de 9%, temos aí muito espaço para cortar juro. No Chile, que tinha juro real abaixo do nosso, fez um primeiro corte de 1 ponto percentual. Dado o nosso juro real, a diferença [de juros no Brasil e nos Estados

Unidos] é gigantesca, é monumental. Hoje, os TIPs [títulos americanos indexados ao Consumer Price Index, o CPI] de longo prazo têm juro real de 2%. Nosso juro real de longo prazo está na faixa de 5,5%. É uma diferença gigantesca, monumental. Não vejo o cenário internacional como sendo capaz de alterar fundamentalmente, a não ser na margem, o país. Hoje o cenário brasileiro só depende do Brasil, 85%, 90% é Brasil. O resto é que vem de fora.

*

"O que deve ser evitado é a tentação de querer gastar mais, de achar um furinho no arcabouço"

"Se a arrecadação subir o bastante, não vejo o porquê de não aumentar a meta de **inflação** daqui a um ano"

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Superávit em 2025 é possível, mas exige esforço no Congresso, afirma Werlang

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230824/>

Lira manda recado para o governo com a derrubada de duas MPs

Raphael Di Cunto e Julia Lindner

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), derrubou duas medidas provisórias (MPs) como recado para o governo Lula (PT) de que não concorda com esse tipo de dispositivo e mostrar que nada andará na Casa se não for combinado com ele. O Palácio do Planalto cedeu, aceitou sem protestar publicamente e prometeu que, a partir de agora, vai priorizar projetos de lei em regime de urgência e combinará com ele antes de enviar novas MPs ao Congresso.

Após a Câmara aprovar a medida provisória do salário mínimo e da correção da tabela do imposto de renda, outras duas MPs que perderão a validade na segunda-feira, mas com menor repercussão na sociedade, foram escolhidas para o "recado". Os deputados não chegaram nem a ter a chance de discutirem se concordavam ou não com os textos: eles simplesmente não serão pautados, decisão que cabe ao presidente da Casa Legislativa.

A proposta que estabelecia um plano para retomada das obras da educação será reenviada pelo governo como projeto de lei, com a promessa de ser aprovada pelos deputados na próxima semana. Já o texto que dava mais prazo para o Executivo regulamentar as mudanças no vale-refeição exigirá que o Executivo coite para editar um "decreto provisório" na próxima semana, o que causa apreensão no setor.

Há grande disputa entre as empresas sobre as novas regras sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), em especial a possibilidade de o funcionário da empresa escolher a gestora do seu vale-alimentação. A MP adiava a entrada disso em vigor para 2025, mas, com a derrubada, o prazo para regulamentação terá expirado em maio.

"Tínhamos expectativa de aprovação da MP, mas agora precisamos de um decreto publicado na terça-feira com regras claras de como será o funcionamento", disse Alaor Aguirre, presidente do conselho da Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT), que representa as maiores empresas de um setor que movimenta R\$ 150 bilhões. "Nosso receio é de que vire uma grande judicialização, numa discussão que será ruim para todo mundo - para o cliente [a empresa], para o

usuário, para a facilitadora e para o Ministério do Trabalho."

A Zetta, que se posicionou contra a ABBT em grande parte desse debate e representa as empresas de serviços financeiros digitais que buscam fatia desse mercado, pediu que a regulamentação seja "ampla e célere para proporcionar ao trabalhador brasileiro esses importantes direitos".

Além dessa MP, Lira exigiu que o governo retirasse da medida provisória de reajuste salarial dos servidores uma mudança nos limites do crédito consignado. O problema, avisou no plenário, não era a proposta em si, mas "o método". O tema agora será tratado num projeto de lei de autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS) - o que fará com que demore mais para ser aprovado.

Uma MP também será editada para taxar fundos de investimento exclusivos, com o objetivo de compensar a renúncia de receita da correção data bela do imposto de renda, mas esse texto não vai tramitar, pelo acordo entre o presidente da Câmara e o Executivo. A proposta será incorporada a um projeto de lei sobre investimentos no exterior para ser debatida e então votada.

Essas exigências todas, disse ontem Lira, são para que se cumpra o acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que as MPs só serão utilizadas "em casos de urgência", quando for necessário que os temas entrem em vigor imediatamente. Do contrário, o governo enviará os temas por projetos de lei.

Esse acordo surgiu após um conflito entre ele e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em fevereiro, sobre o rito de tramitação das MPs. Pacheco determinou a volta das comissões mistas, em que há rodízio entre os deputados e senadores pela relatoria. Lira defendia o rito que vigorou durante a pandemia, em que elas eram votadas direto no plenário de cada Casa, o que permitia que ele escolhesse sozinho os responsáveis por negociar as mudanças com o governo e a sociedade.

Pressionado pelos senadores, que reclamavam ser meros "carimbadores" cios textos aprovados pela Câmara por falta de prazo, Pacheco bateu o pé e insistiu nas comissões. Mas Lira convenceu os

partidos a não indicarem integrantes para elas e forçou o governo a enviar os temas por projetos de lei - situação que permite a ele, de novo, escolher os relatores.

A derrubada das MPs ocorreu em meio as negociações intermediadas por Lira para que PP e Republicanos entrem no governo, com a indicação de ministros, mas o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), preferiu não protestar. "Há o compromisso de que novas MPs só serão editadas se tiverem urgência e se combinadas com o presidente Arthur Lira", disse.

Esse acordo, contudo, nem sempre se mostrou favorável ao governo. A MP do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** perdeu a validade em junho e, desde então, os empates nos julgamentos voltaram a prejudicar a União. O projeto que tramitou no lugar foi aprovado pela Câmara em julho e só será votado pelo Senado na próxima semana. Senadores se queixaram ontem, na reunião de líderes, de que os projetos com urgência viraram instrumento de maior pressão dos deputados sobre o Executivo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187641?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187641?page=1§ion=1)**

Previdência: proteção social para todos os brasileiros (Artigo)

CRISTIANO HECKERT Diretor presidente da Funpresp-Exe

Três eventos ocorridos neste mês representam importantes avanços para a **Previdência Social** no Brasil. Em 9/8/23, com a presença do ministro Carlos Lupi, foi relançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da **Previdência Social** Pública, a partir de requerimento apresentado pelo deputado André Figueiredo (PDT/ CE). Poucos dias antes, em 4/8/23, o Ministério da **Previdência Social** lançou a cartilha **Previdência do Servidor Público: Orientações sobre a Migração de Regime**, que traz orientações sobre como viabilizar a migração voluntária dos **servidores públicos** de estados e municípios que assim desejarem para o Regime de **Previdência Complementar**. Por fim, no dia 14/8/23, a Previc aprovou a Resolução 23, revisando e consolidando em um único ato 40 normas até então existentes.

A **Previdência Social** está prevista na Constituição no título "Da Ordem Social". Junto com a saúde e a assistência social, constitui-se em um dos pilares da **Seguridade Social** aos brasileiros e brasileiras. Com o intuito de reforçar a proteção oferecida pelo Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) e pelos Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS) dos **servidores públicos**, o Regime de **Previdência Complementar** (RPC) foi incorporado à Constituição Federal em 1998 e vem sendo aperfeiçoado desde então.

Como o próprio nome diz, a **previdência complementar** não rivaliza com os outros regimes. Ao contrário, os complementa.

Neste sentido, há 10 anos foi criada a Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), que administra também a **previdência complementar** dos servidores do Poder Legislativo Federal. Em tão curto período, a Funpresp-Exe já conta com mais de 105 mil participantes ativos e mais de 300 aposentados e pensionistas. O patrimônio administrado cresce de forma exponencial. Levou os 5 primeiros anos para chegar a R\$ 1 bilhão. Em janeiro de 2022, alcançou R\$ 5 bilhões. Em abril de 2023, chegou a R\$ 7 bilhões e apenas 4 meses depois já ultrapassa R\$ 8 bilhões. Esses ativos colocam a Funpresp-Exe como a 25ª maior dentre as 278 entidades fechadas de

previdência complementar do Brasil.

Graças ao comprometimento incansável de profissionais, gestores, diretores e conselheiros que moldaram a trajetória da Funpresp-Exe, temos uma história que reforça a importância da **previdência complementar** como parte integrante da estrutura de proteção social e também destaca a eficiência e o sucesso dos esforços em sua implementação.

Com a retomada dos concursos públicos recentemente anunciada pelo governo federal, espera-se um crescimento ainda mais acelerado nos próximos anos.

A evolução constante da **Seguridade Social** desde a redemocratização ilustra a capacidade adaptativa e a busca em fornecer segurança e bem-estar aos cidadãos. Reformas e aprimoramentos têm sido promovidos para acompanhar as mudanças sociais, econômicas e demográficas do país. Nesse contexto, o Regime de **Previdência Complementar** desempenha papel crucial, oferecendo uma alternativa sólida para aqueles que desejam garantir uma aposentadoria mais confortável e segura, além de se proteger de situações imprevistas. No entanto, ainda é preciso expandir a cobertura. Estima-se que apenas cerca de 7% dos brasileiros possuem **previdência complementar** aberta ou fechada.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp) tem fomentado iniciativas como os planos famílias e os planos instituídos corporativos, que visam ampliar o acesso à **previdência complementar** para além dos públicos tradicionalmente abrangidos: **servidores públicos** e empregados de grandes corporações públicas e privadas.

Que cada vez mais pessoas possam desfrutar dessa importante proteção, é o desejo e o esforço de cada profissional que se dedica diariamente a este importante setor. Quanto maior for o alcance da **previdência complementar**, mais protegidos estarão os brasileiros e mais poupança haverá para financiar o desenvolvimento sustentável do Brasil a longo prazo.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/25/all.pdf>

Fila do INSS pode ser maior

Henrique Lessa

A fila de espera de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pode ser muito maior do que a divulgada pelo Ministério da Previdência no Portal de Transparência Previdenciária, chegando a quase 2,3 milhões de pessoas, bem acima do 1,8 milhão admitido pela pasta.

De acordo com o portal, há 1.197.750 processos que esperam análise administrativa para concessão de benefícios, além de 596.699 pedidos de perícia médica. No entanto, dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), mostram que o número de segurados na espera da perícia médica soma 1.076.172 - muito maior do que o informado pelo **INSS**. Portanto, somados os processos administrativos e a perícia médica, de acordo com a LAI, a fila totaliza 2.273.922 pessoas.

Segundo o ministério, isso acontece em função da perícia médica federal também atender o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social -, que soma 263 mil pedidos.

Esses pedidos de BPC não foram incluídos nas estatísticas do **INSS**. Também não aparecem nos dados do Instituto 216 mil requisições referentes a recursos de benefícios do próprio **INSS** ou pedidos de revisão depois de uma perícia negativa.

Apesar de não considerados pelo **INSS**, esses pedidos têm impacto na fila, já que são os mesmos servidores que atuam no atendimento das diversas demandas.

Em nota enviada ao Correio, o diretor de Tecnologia da Informação do **INSS**, Ailton Nunes, responsável pelos dados do Portal de Transparência, afirma que "os dados relativos à perícia médica referem-se ao benefício do Auxílio Incapacidade Temporária, isto é, a perícia inicial. Já os dados obtidos pela LAI incluem benefícios assistenciais que aguardam perícia médica (263.306)".

"Os demais serviços, que de acordo com os dados obtidos na LAI, representavam 216.167, são referentes a outros benefícios previdenciários, nos quais uma parte da análise depende da perícia médica", completou Nunes.

O ministério disse ainda que os dados estariam em duplicidade, mas os números obtidos pela LAI

confirmam que a fila da perícia médica é bem maior do que a divulgada pelo **INSS**, ultrapassando 1 milhão de pessoas à espera desse atendimento.

Além do atraso na atualização das informações no Portal de Transparência Previdenciária, como o Correio revelou na terça-feira, as informações da LAI indicam que os números foram atenuados, apresentando somente os novos pedidos sem análise, desconsiderando, assim, solicitações de revisão ligados a um setor em que o governo vem enfrentando grande resistência, a perícia médica federal.

Sem médicos

Enquanto o ministro da Previdência, Carlos Lupi, aposta todas as fichas no programa de enfrentamento da fila que concede o pagamento de um bônus para os servidores ampliarem a análise dos processos pendentes, a Associação Nacional dos Médicos Peritos da **Previdência Social** (ANMP), vem fazendo campanha na categoria para que os profissionais não participem do programa.

Segundo o vice-presidente da associação, Francisco Cardoso, a adesão ao programa pelos médicos peritos não chegou a 10% da categoria. A informação foi endossada ao Correio por fontes do instituto, de forma reservada.

Cardoso disse ao Correio que o programa faz parte de uma estratégia de Lupi para desrespeitar um acordo coletivo da categoria que estabeleceu limites de atendimento diário para os peritos.

Isso acontece porque o programa, diferentemente dos realizados nos governos dos presidentes Michel **Temer** (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), estabelece que os servidores, ao manifestar o interesse no bônus, tem um acréscimo de 25% no volume de trabalho, só recebendo a bonificação pelas tarefas além da nova meta.

"Esse programa não vai reduzir a fila, não vai atender a população.

Ele (o ministro Carlos Lupi) criou uma demanda artificial por benefícios previdenciários.

Em junho, foram 600 mil requerimentos e, depois que o ministro saiu anunciando que ia ser possível ganhar benefícios sem fazer perícia, nós terminamos julho com quase 1 milhão de requerimentos" disse Cardoso.

O **INSS** respondeu, também por meio de nota, que não comentaria a adesão dos servidores ao programa até o levantamento completo dos dados. "Informamos que os números ainda estão sendo levantados, e serão tornados públicos em momento específico", ressaltou o instituto.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/25/all.pdf>

Salário mínimo deve ser de R\$ 1.421 em 2024

MANOEL VENTURA

O governo Luiz Inácio Lula da Silva estima que o valor do salário mínimo será de R\$ 1.421 no próximo ano, já considerando a nova política de reajuste aprovada ontem pelo Congresso Nacional. O valor vai constar na proposta Orçamentária de 2024, que será enviada pelo Executivo aos parlamentares na próxima semana. Atualmente, o salário mínimo é de R\$ 1.320.

O valor do salário mínimo, porém, só será confirmado no início do próximo ano, depois do cálculo da **inflação** de 2023.

A medida aprovada pelo Congresso estabelece que o mínimo vai ser corrigido pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior mais o crescimento do **PIB** de dois anos antes. Em 2024, por exemplo, será o INPC deste ano mais a alta de 2,9% do **PIB** observada em 2022.

Para chegar ao valor de R\$ 1.421, é considerada a projeção do INPC de 12 meses até novembro.

IMPACTO DO PISO

Durante o governo Jair Bolsonaro, o mínimo foi reajustado apenas considerando a variação de preços, sem ganho real.

A nova política de reajuste para o salário mínimo vai custar R\$ 82,4 bilhões aos cofres públicos até o fim do mandato de Lula, em 2026, de acordo com dados do próprio governo federal. O impacto será crescente. No próximo ano, terá o custo de 18,1 bilhões. Depois, serão R\$ 25,2 bilhões em 2025 e R\$ 39,1 bilhões em 2026. Os valores vão constar na proposta orçamentária de cada ano.

O impacto orçamentário ocorre porque o salário mínimo é usado como referência para pensões e aposentadorias do **INSS**. No total, 65% dos beneficiários do Regime Geral de **Previdência Social**, ou

quase 14 milhões de aposentados e pensionistas, recebem um salário mínimo.

Além disso, o mínimo também é a referência para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que

alcança 5,1 milhões de idosos e pessoas com deficiências de baixa renda.

O salário mínimo é oferecido ainda como abono salarial, que alcança 25,7 milhões de empregados formais. O seguro-desemprego também é referenciado no mínimo e pagou 8,5 milhões de parcelas no ano passado. Dessa forma, o reajuste do piso atinge aproximadamente 40 milhões de pessoas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fila por benefícios do INSS pode ser maior que o informado

Henrique Lessa

A fila de espera de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pode ser muito maior do que a divulgada pelo Ministério da Previdência no Portal de Transparência Previdenciária, chegando a quase 2,3 milhões de pessoas, bem acima do 1,8 milhão admitido pela pasta.

De acordo com o portal, há 1.197.750 processos que esperam análise administrativa para concessão de benefícios, além de 596.699 pedidos de perícia médica. No entanto, dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), mostram que o número de segurados na espera da perícia médica soma 1.076.172 - muito maior do que o informado pelo **INSS**. Portanto, somados os processos administrativos e a perícia média, de acordo com a LAI, a fila totalizaria 2.273.922 pessoas.

Segundo o ministério, isso acontece em função da perícia médica federal também atender o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social -, que soma 263 mil pedidos. Esses pedidos de BPC não foram incluídos nas estatísticas do **INSS**. Também não aparecem nos dados do Instituto 216 mil requisições referentes a recursos de benefícios do próprio **INSS** ou pedidos de revisão depois de uma perícia negativa.

Apesar de não considerados pelo **INSS**, esses pedidos têm impacto na fila, já que são os mesmos servidores que atuam no atendimento dessas demandas.

Em nota enviada ao Correio, o diretor de Tecnologia da Informação do **INSS**, Ailton Nunes, responsável pelos dados do Portal de Transparência, afirma que "os dados relativos à perícia médica referem-se ao benefício do Auxílio Incapacidade Temporária, isto é, a perícia inicial. Já os dados obtidos pela LAI incluem benefícios assistenciais que aguardam perícia médica (263.306)".

"Os demais serviços, que de acordo com os dados obtidos na LAI, representavam 216.167, são referentes a outros benefícios previdenciários, nos quais uma parte da análise depende da perícia médica", completou Nunes.

O ministério disse ainda que os dados estariam em

duplicidade, mas os números obtidos pela LAI confirmam que a fila da perícia médica é bem maior do que a divulgada pelo **INSS**, ultrapassando 1 milhão de pessoas à espera desse atendimento.

Além do atraso na atualização das informações no Portal de Transparência Previdenciária, como o Correio revelou na terça-feira, as informações da LAI indicam que os números foram atenuados, apresentando somente os novos pedidos sem análise, desconsiderando, assim, solicitações de revisão ligados a um setor em que o governo vem enfrentando grande resistência, a perícia médica federal.

Enquanto o ministro da Previdência, Carlos Lupi, aposta todas as fichas no programa de enfrentamento da fila que concede o pagamento de um bônus para que os servidores ampliem a análise dos processos pendentes, a Associação Nacional dos Médicos Peritos da **Previdência Social** (ANMP), vem fazendo campanha na categoria para que os profissionais não participem do programa.

Segundo o vice-presidente da associação, Francisco Cardoso, a adesão ao programa pelos médicos peritos não chegou a 10% da categoria. Informação que foi endossada ao Correio por fontes do instituto, de forma reservada.

Cardoso disse ao Correio que o programa faz parte de uma estratégia de Lupi para desrespeitar um acordo coletivo da categoria que estabeleceu limites de atendimento diário para os peritos. Isso acontece porque o programa, diferente dos realizados nos governos dos presidentes Michel **Temer** (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), estabelece que os servidores, ao manifestar o interesse no bônus, tem um acréscimo de 25% no volume de trabalho, só recebendo a bonificação pelas tarefas além da nova meta.

"Esse programa não vai reduzir a fila, não vai atender à população, ele (o ministro Carlos Lupi) criou uma demanda artificial por benefícios previdenciários. Em junho, foram 600 mil requerimentos e, depois que o ministro saiu anunciando que ia ser possível ganhar benefícios sem fazer perícia, nós terminamos julho com quase 1 milhão de requerimentos" disse Cardoso.

O **INSS** respondeu, também por meio de nota, que não comentaria a adesão dos servidores ao programa

até o levantamento completo dos dados. "Informamos que os números ainda estão sendo levantados, e serão tornados públicos em momento específico", disse o instituto.

* Dados recebidos via Lei de Acesso à Informação (LAI)

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/08/5119643-fila-de-espera-do-inss-pode-passar-de-2-milhoes-de-pessoas.html>

A falsa austeridade do Legislativo (Editorial)

O Congresso aprovou a medida provisória (MP) que reajusta o salário mínimo e cria uma política de valorização permanente do piso. A proposta já estava em vigor desde 1.º de maio, mas foi aprovada dias antes de perder validade. A ela, o governo agregou a atualização da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), assunto que estava em outra medida provisória cujo prazo de vigência também estava prestes a se encerrar. No Legislativo, não havia qualquer resistência a quaisquer dos temas. Segurar a tramitação das MPs foi apenas uma estratégia dos deputados do Centrão para mostrar sua força.

Do governo federal, a Câmara cobra a fatura dos cargos prometidos na **reforma ministerial** após a aprovação de projetos da agenda econômica no primeiro semestre do ano. Os deputados aproveitaram também para desafiar o Senado - e a própria Constituição - no imbróglio sobre as comissões mistas de medidas provisórias. Protelar a tramitação de MPs tem sido uma estratégia eficiente para limitar o poder dos senadores e ampliar o da Câmara. Como as MPs caducariam na próxima semana, o Senado não queria ter de assumir sozinho o desgaste político de rejeitá-las.

Disputas políticas entre o Executivo e o Legislativo ou entre a Câmara e o Senado são comuns e até naturais. O problema é quando esses embates ultrapassam os limites do razoável e ignoram a lei, como ocorreu nesta semana.

O reajuste do salário mínimo tem forte impacto nas contas públicas, assim como a atualização da tabela do Imposto de Renda. E, como determinam a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, esses aumentos de gastos gerariam perdas que precisariam ser compensadas, seja por aumento de receitas, seja por contingenciamento de gastos na mesma proporção.

Da forma como a MP foi aprovada no Legislativo, no entanto, apenas os gastos foram garantidos, e as receitas ficaram para depois. Os parlamentares se recusaram a aprovar a emenda com a taxação dos fundos offshore, item que também estava na MP da atualização da tabela do Imposto de Renda justamente para compensar as perdas de arrecadação associadas a ela.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a classificar a tributação dos fundos offshore como o maior jabuti da história recente, como se a intenção de

taxar o dinheiro investido em paraísos fiscais fosse uma completa surpresa. Encurralado, o Executivo teve de recuar e enviar um novo projeto de lei com o mesmo tema, dando ao Congresso mais tempo - talvez infinito - para debatê-lo.

Eis a austeridade fiscal dos parlamentares posta à prova. Também ficou para depois o envio de uma medida provisória para taxar os fundos exclusivos, veículos de investimento dos super-ricos com patrimônio superior a R\$ 10 milhões. Ao contrário de aplicações semelhantes, esses fundos estão isentos da tributação semestral conhecida como come-cotas.

Taxá-los, portanto, mais do que uma medida arrecadatória, seria uma questão de isonomia e uma maneira de reverter a regressividade que ainda caracteriza o injusto sistema tributário do País.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com fim do arcabouço, agora é a vez da reforma tributária - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Aprovado o arcabouço fiscal, a agenda econômica passa a se voltar para a **reforma tributária**. Segundo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o tema deverá ser votado na Casa apenas em outubro, já nas proximidades do fim de ano. Até lá, as pressões setoriais ganharão volume. A indústria, por exemplo, lembra insistentemente que é o segmento que mais paga **tributos** no Brasil, enquanto parlamentares ligados ao agronegócio afirmam que as novas regras poderão penalizar os pequenos produtores. Por sua vez, representantes do segmento de serviços temem que a proposta, em vez de reduzir, elevará a carga tributária das empresas que atuam no ramo. A verdade é que, do jeito que está, não pode ficar. Em entrevista recente, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que a **reforma tributária** é a única forma de fazer o Brasil crescer. Mesmo se não for a única, certamente está entre as mais importantes.

Itaú vende operação na Argentina

Em meio às turbulências políticas e à crise econômica sem fim na Argentina, muitas empresas acabam por deixar o país. Nesta semana, o Itaú Unibanco vendeu sua operação local para o Banco Macro, a maior instituição financeira de capital privado da Argentina, por R\$ 250 milhões. O Itaú, contudo, diz que manterá presença na nação vizinha, mas agora apenas com um escritório de representação. Lembre-se de que o banco brasileiro tem operações sólidas no Chile, na Colômbia, no Paraguai e no Uruguai.

Bancos terão 90 dias para propor novas regras do cartão de crédito

As novas regras para os juros cobrados no rotativo do cartão de crédito continuam gerando intensos debates entre políticos e a indústria financeira. Agora, o deputado Alencar Braga (PT-SP), relator do projeto de lei conhecido como Desenrola, propôs um prazo de 90 dias para que os bancos apresentem uma proposta de redução de juros da modalidade. O tema é urgente. Em julho, as taxas cobradas pelas instituições eram de 455% ao ano - trata-se do nível mais alto desde 2017.

Mercedes volta a ter dois turnos em fábrica de caminhões

Um bom sinal vindo da indústria de veículos: a alemã Mercedes-Benz voltará a produzir caminhões e chassis de ônibus em dois turnos na fábrica de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, a partir da primeira semana de setembro. A jornada estava suspensa desde maio, em razão da fraca demanda do mercado brasileiro. Segundo a Anfavea, a associação que reúne as montadoras, as vendas de caminhões caíram 12% no primeiro semestre de 2023 em relação ao mesmo período do ano passado.

Rapidinhas

O saldo da balança comercial de alimentos industrializados somou US\$ 24,9 bilhões no primeiro semestre de 2023, o que corresponde a uma alta de 3,6% em relação ao mesmo período do ano passado. "São 190 países que consomem alimentos da indústria brasileira", diz João Dornellas, presidente da ABIA, a associação do setor.

A Rede IOA - Instituto Orofacial das Américas - investiu R\$ 10 milhões em uma nova unidade em São Paulo para atender a alta demanda de profissionais da área odontológica por especializações orofaciais. O IOA é uma rede de ensino premium especializada em odontologia, com aproximadamente 40 escolas no Brasil e no exterior.

A Justiça de São Paulo determinou o bloqueio de contas da agência de turismo 123 Milhas para o reembolso de passageiros lesados pelo cancelamento de passagens aéreas. Na semana passada, a empresa suspendeu a emissão de bilhetes de um de seus produtos, conhecido como "passagens promo", por alegada alta demanda.

A gigante de Singapura Shein, que rapidamente se tornou uma das maiores empresas de comércio eletrônico do mundo, comprou uma fatia da rede americana de moda rápida ("fast fashion") Forever 21. Entre outros acertos, o acordo prevê a abertura de lojas físicas da Shein dentro dos pontos de venda da Forever 21 nos Estados Unidos.

"Leve seu trabalho a sério, mas a si mesmo, com leveza" C. W. Metcalf, escritor americano

US\$ 4 BILHÕES é quanto a Inteligência Artificial

deverá atrair em investimentos para o agronegócio brasileiro até 2026, segundo cálculos da consultoria MarketSands Markets

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/25/all.pdf>

As perspectivas do turismo brasileiro com a reforma tributária (Artigo)

TONI SANDO *Presidente da União Nacional de CVBs e Entidades de Destinos (Unedestinos), presidente executivo do São Paulo Convention & Visitors Bureau*

No ano passado, por exemplo, a Alemanha foi visitada por mais de 83 milhões de estrangeiros e a França, por um pouco mais de 90 milhões. Os viajantes são atraídos pela história, pela cultura e pela beleza natural dessas regiões. O Brasil, que não fica atrás em termos de praias, paisagens encantadoras, culinária e outros atrativos, recebeu apenas 3,63 milhões de viajantes internacionais em 2022. Vale ressaltar que, no mesmo período, mais de 8 milhões de brasileiros deixaram o País para viajar ao exterior.

O que explica então essa grande discrepância no número de viajantes estrangeiros em destinos com alta vocação turística, como a Alemanha, França e Brasil? Em ambos os países europeus, há muitos fatores a considerar, mas também não faz sentido acreditar que é a Torre Eiffel que encanta tantos visitantes.

Há vários aspectos relevantes que precisam ser considerados nessa atração. Entre eles estão a localização geográfica, a capacidade econômica dos países vizinhos, a mobilidade proporcionada por excelentes estradas, linhas de trem, aeroportos e embarcações. E, igualmente importante: sem a necessidade de cruzar continentes em voos com, no mínimo, dez horas de duração.

Entretanto, mesmo com tantos elementos atraentes para os visitantes e que, conseqüentemente, impulsionam a economia local, esses países não deixam de adotar políticas públicas para os setores de turismo, viagens e eventos.

Por essa razão, para superar as barreiras e permitir que a indústria turística prospere e gere empregos para os brasileiros, precisamos revisar nossos conceitos e começar pela carga tributária.

Não podemos negar que, ao escolher um destino de viagem, o viajante levará em consideração o preço e optará pela alternativa que melhor se alinhe aos seus interesses pessoais ou profissionais, bem como ao que ele pode pagar, seja em seu próprio país ou no exterior.

Em teoria, a partir de agora, com a aprovação, ocorrida em julho passado, da **reforma tributária** pela Câmara dos Deputados, o Brasil terá condições de competir com destinos internacionais. O novo modelo de tributação, que busca simplificar a cobrança de **impostos** no País, introduziu um Índice de Valor Agregado, seguindo o exemplo de vários países reconhecidos por seu alto potencial turístico.

Vamos analisar alguns indicadores para compreender melhor o impacto dos **impostos** nessa atividade. Tanto a Alemanha quanto a França têm **impostos** sobre Valor Agregado - na primeira, a alíquota é de 19% e, na segunda, é de 20%. No entanto, ambos os países estabeleceram alíquotas reduzidas de IVA para o setor de turismo. Na Alemanha, a alíquota é de 7%, enquanto na França varia de 10% a 5,5%.

E no Brasil? Aqui, a proposta é de um IVA de 25% a 27% para as atividades econômicas. No caso dos setores de eventos, turismo e viagens, os deputados federais definiram uma alíquota especial para hotelaria, restaurantes, parques e aviação regional.

No entanto, como se sabe, a questão não se resume apenas à definição da alíquota. É necessário também que essa proposta seja aprovada pelo Senado e inclua os outros participantes desse mercado, como agências de turismo, aviação nacional e empresas de eventos. Todos esses setores fazem parte da cadeia produtiva que requer equilíbrio entre as partes, além de impactar diretamente em cada destino.

O debate agora está nas mãos do Senado Federal.

Nossa expectativa é que os legisladores compreendam que o que está em jogo não é apenas o interesse empresarial, mas uma decisão estratégica para tornar nossos destinos mais competitivos.

E que o aumento do consumo com o turismo e os eventos resulte em riqueza para o País.

A **reforma tributária** é, sem dúvida, bem-vinda.

No entanto, é crucial, nesse momento, que a importância do turismo, viagens e eventos seja colocada como prioridade. Esses setores são imprescindíveis para a geração de empregos e renda. E vale lembrar: mais investimentos e menos **impostos**

podem garantir prosperidade para todos os brasileiros.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

As perspectivas do turismo brasileiro com a [reforma tributária](#)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/25/all.pdf>

Projeto que beneficia igrejas trava e esfria flerte entre governo Lula e evangélicos

com *Guilherme Seto e Danielle Brant Fabio Victor e Anna Virgínia Balloussier são Paulo*

A falta de apoio do Palácio do Planalto a um projeto que amplia a imunidade tributária a igrejas tem atrapalhado as chances de reaproximação dos evangélicos com o governo Lula (PT).

De autoria do deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) n° 5/2023, apresentada em março, visa garantir que templos de qualquer culto tenham isenção de **impostos** na compra de bens para construção e reforma dos templos, manutenção de atividades e prestação de serviço.

A proposta, endossada por 336 deputados federais, aguarda votação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados. O presidente do colegiado, Rui Falcão (PT-SP), afirmou que a colocaria em votação logo que tivesse sinal verde do Planalto, mas a proposta está parada há quase seis meses.

Segundo apurou a Folha, Falcão conversou com Lula sobre a possibilidade de um endosso formal do governo à proposta, que seria selado num evento com líderes evangélicos e de outras religiões.

O presidente da CCJ é um entusiasta da ideia, com potencial para reaproximar igrejas evangélicas, em boa parte bolsonaristas, do presidente.

Lula demonstrou interesse e ficou de acionar auxiliares para tentar viabilizá-la quando voltasse da China em abril, mas o processo empacou.

Crivella atribui a inação do Planalto ao ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), articulador político do governo no Congresso Nacional. "O ministro Padilha tentou. Mas ele não conhece o coração do povo evangélico. É triste vê-lo pensando em si mesmo, nos seus interesses políticos, sem enxergar o que a maior organização social do Brasil, as igrejas, podem fazer pelo nosso povo, sobretudo os mais humildes", disse.

Pastor licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus -e sobrinho do fundador Edir Macedo-, Crivella é uma das principais pontes entre a denominação neopentecos tal e o mundo político.

O deputado defende que a função social das igrejas justifica a renúncia fiscal relacionada ao projeto.

Padilha evitou contra-atacar. Em nota, a Secretaria de Relações Institucionais afirmou que Crivella e outros parlamentares evangélicos já foram recebidos pelo ministro, "sempre de forma respeitosa e comprometida para debater temas de interesse da bancada, como a PEC em questão".

"Nessas oportunidades, a SRI sempre manifestou o absoluto compromisso com a plena liberdade religiosa e de credo, com respeito a todas as crenças, em especial, conforme toda a história de vida e política do ministro e de sua família." Quanto à PEC, finalizou a nota, "o governo tem todo o interesse em debater com o Congresso, tendo mobilizado ministérios, deputados e senadores afeitos ao tema".

Nos bastidores, Padilha pondera que o entrave à PEC é a preocupação fiscal. O ministro encaminhou a questão ao Ministério da Fazenda, junto ao qual tenta viabilizar um projeto alternativo ao de Crivella.

A Secretaria de Imprensa da Presidência afirmou que, em princípio, questões tributárias serão tratadas no âmbito da **Reforma Tributária**. O órgão disse não haver programação de um evento com religiosos para marcar apoio ao projeto. Procurada, a Fazenda disse que não se manifestaria.

"O importante é o governo mostrar respeito à democracia que ele cobra tanto do governo anterior e não interferir nas iniciativas parlamentares. Afinal, o pilar da democracia é a independência dos Poderes", provoca Crivella.

Ex-senador e ex-ministro da Pesca no governo de Dilma Rousseff (PT), o pastor foi prefeito do Ido de janeiro de 2017 a 2020, mas não se reelegeu. Preso nos últimos dias do mandato por acusação de corrupção, ficou detido por quase dois meses.

Elegeu-se deputado em 2022, mas neste ano virou réu na Justiça Eleitoral e teve o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio -um desembargador suspendeu a decisão.

O projeto não beneficia apenas igrejas. A Constituição

proíbe o Estado de instituir **impostos** sobre "templos de qualquer culto" e "patrimônio, renda ou serviços" de partidos políticos, entidades sindicais e instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

Mas um trecho alerta que tal dispensa compreende "somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas". A PEC acrescenta ao texto constitucional que "a aquisição de bens e serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços" também passaria a ter imunidade.

Na prática, a proposta ampliaria a isenção a **tributos** indiretos -como os que incidem sobre o material de construção para a reforma de um templo. O deputado afirma que meios de transporte, como carros em nome da igreja e aviões, estariam cobertos pela imunidade.

Crivella sustenta que decisões de tribunais superiores já têm validado esse entendimento. Tributaristas ouvidos pela reportagem dizem que seriam necessárias alterações que evitassem o que veem como distorções.

A bancada evangélica tentou incluir parte do que propõe a PEC na **Reforma Tributária**, sem êxito. Nos estertores da votação na Câmara, em julho, conseguiu um consolo: ampliar a imunidade também para entidades religiosas, e não só para os templos em si, contra a cobrança de taxas como IPVA e IPTU.

Só não ficou claro quais instituições associadas as igrejas seriam contempladas, já que essa rede é vasta -vai do braço assistencial de um templo à sua emissora de TV e rádio.

O Republicanos, partido de Crivella, negocia com o Executivo sua entrada informal na base do governo. Embora o respaldo à PEC não seja contrapartida para essa adesão, o comportamento do Planalto em relação à proposta tem potencial para mexer com os humores da legenda, que terá o relator da proposta.

Esse cargo hoje é de Silvio Costa Filho (PE), com grandes chances de virar ministro. Nesse caso, o relator substituto deve ser Silas Câmara (AM), atual presidente da Frente Parlamentar Evangélica.

Entre representantes de outros templos, há desde os que, em reserva, atribuem a cruzada de Crivella pela PEC a uma iniciativa mais associada à Universal aos que veem com bons olhos a aproximação com Lula e creem que a proposta facilitaria no processo.

Para ser aprovada na Câmara, uma PEC precisa de três quintos dos votos (308) em plenário, em dois

turnos. Com o apoio já obtido e a bênção de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Casa, não será difícil.

Rui Falcão diz que vai colocá-la em votação na CCJ. Sem objeção de coordenadores de bancadas, afirma, a tendência é ela ser pautada em breve. Se aprovada ali, segue para uma comissão especial e só depois para o plenário.

"O ministro Padilha tentou. Mas ele não conhece o coração do povo evangélico. É triste vê-lo pensando em si mesmo, nos seus interesses políticos, sem enxergar o que a maior organização social do Brasil, as igrejas, podem fazer pelo nosso povo, sobretudo os mais humildes" Marcelo Crivella (Republicanos -RJ) deputado federal e autor da PEC que amplia benefícios às igrejas

"Nessas oportunidades, a SRI sempre manifestou o absoluto compromisso com a plena liberdade religiosa e de credo, com respeito a todas as crenças, em especial, conforme toda a história de vida e política do ministro e de sua família" Secretaria de Relações Institucionais em nota sobre a relação do ministro com a frente evangélica

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50379>

Teto não resolve reforma tributária (Editorial)

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), disse ser favorável à inclusão de um teto de 25% para a alíquota do novo imposto sobre bens e serviços. Embora não haja uma decisão final sobre incluir essa proposta no texto da **reforma tributária**, ela parece estar em um estágio relativamente avançado, a ponto de o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), já se referir a ela por meio de um neologismo.

Segundo Pacheco, Braga tem dito que pretende "tetar" a reforma.

O padrinho dessa sugestão é o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva. "A indústria não quer exceção.

Só quer que a alíquota máxima se situe no patamar de 25%", afirmou Josué, em um debate promovido pela própria Fiesp e pelo Esfera, grupo que reúne empresários, empreendedores e o setor produtivo.

O percentual mencionado pelo industrial não foi escolhido por acaso.

Um estudo do Ministério da Fazenda, ao qual o Senado já teve acesso, mostrou que a reforma, da forma como foi aprovada na Câmara, exigirá que o novo imposto tenha uma alíquota de 25,45% a 27%. Neste patamar, o Brasil, ao lado da Hungria, estaria entre os países com a maior tributação sobre consumo do mundo, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

É evidente que ninguém gostaria que o País liderasse esse ranking, mas não é a imposição de um teto máximo para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que resolverá a questão. A alíquota calculada pelo estudo do Ministério da Fazenda é simplesmente o reflexo de todas as exceções aprovadas durante a tramitação da **reforma tributária** na Câmara. Como a neutralidade é premissa da reforma, ou seja, a arrecadação total de **tributos** sobre consumo será mantida, cada segmento que conquista tratamento especial onera todos os demais.

Para garantir o apoio dos parlamentares ao texto, o governo já havia se comprometido a manter a vigência do Simples Nacional e da Zona Franca de Manaus. Os deputados, no entanto, incluíram agronegócio,

educação e saúde privadas, transporte público e até bares entre os beneficiados. Além disso, ampliaram o desconto a que os setores contemplados teriam direito de 50% para 60% da alíquota cheia e mantiveram a isenção para itens da cesta básica - benefício que, na proposta original, só valeria para famílias de baixa renda.

A consequência dessas escolhas não poderia ser outra: a alíquota cheia do IVA teve de aumentar para bancá-las.

Logo, se o objetivo é reduzir a carga tributária, não basta impor uma alíquota máxima para o IVA e esperar que funcione como num passe de mágica.

Neste caso, a ordem dos fatores altera o produto e compromete o resultado final.

Há outra forma de colocar o teto de 25% em prática, mas ela requer muito mais trabalho e coragem dos senadores no enfrentamento dos lobbies e de seus privilégios. Até o momento, no entanto, não parece ser essa a intenção do Senado. Atuando em prol de sua própria categoria profissional, Pacheco sinalizou ser favorável a garantir um tratamento especial para profissionais liberais, especialmente advogados que atuam como empresas e faturam valores superiores aos amplos e generosos limites do Simples Nacional.

A proposta do teto padece ainda de problemas conceituais, como destacou o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, também presente no debate promovido pela Fiesp e o Esfera. Uma vez que o IVA será dual, com uma parcela administrada pela União e outra por Estados e municípios, sobre qual delas o teto seria aplicado?

Se for sobre a primeira, ela ampliará o déficit primário do governo; se for sobre a segunda, desrespeitará a autonomia dos entes federativos.

Os senadores fariam um bem à sociedade se desconsiderassem a proposta do teto para o imposto e discutissem seriamente os custos e os benefícios de conceder tratamento privilegiado a diversos setores de forma indiscriminada.

Práticas como essa formaram os pilares de um

sistema que ganhou o apelido de manicômio tributário.
Chegou o momento de abandoná-las de vez.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Nunca foi tão importante ter economia segura para investidor"

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

ENTREVISTA

Stephan Wilken, CEO do Deutsche Bank no Brasil

*

Presidente do Deutsche Bank no Brasil, o alemão Stephan Wilken vê com otimismo o cenário econômico do país. Há dois anos no comando da subsidiária do banco multinacional, ele afirma em entrevista ao GLOBO que a aprovação do novo arcabouço fiscal é positiva e que "reforça a visibilidade que o Brasil vem ganhando aos olhos do mercado internacional".

O arcabouço fiscal acaba de ser aprovado na Câmara. Qual é a sua visão sobre o texto?

O mercado internacional precisa enxergar o Brasil como um país que respeita as despesas públicas e que, portanto, é seguro para investimentos. O teto de gastos garantia isso. O arcabouço fiscal também é positivo nesse sentido. Impede, por meio de metas para equilibrar as despesas públicas, o governo federal de fazer gastos desmedidos, mesmo que elas cresçam acima da inflação. E

mais um passo que reforça a visibilidade que o Brasil vem ganhando aos olhos do mercado internacional. O mundo assiste à maior operação militar na Europa dos últimos anos, nunca foi tão importante garantir que sua economia é segura para investidores, e é isso que o novo arcabouço faz.

Como o Brasil é visto hoje?

O mundo, por causa de incidentes geopolíticos como a guerra na Ucrânia, redescobriu a América Latina, e o Brasil em particular.

Por causa da tendência de "nearshoring"(realocação de cadeias de suprimento para locais mais próximos)?

Sim, mas também por temas como financiamentos sustentáveis. Esse ambiente geopolítico é uma oportunidade para os clientes, apesar de ser um risco também. Temos duas linhas de negócios no Brasil. Uma é de banco corporativo tradicional, e a outra é a área de banco de investimentos, com derivativos,

hedge. Não oferecemos no Brasil gestão de fortunas, mas clientes aqui o fazem em outras subsidiárias do banco.

Como vê o momento macroeconômico do Brasil?

Depois de uma volatilidade maior no primeiro semestre, as coisas têm melhorado, a atividade econômica tem retomado. Nossas provisões de crédito não foram afetadas por causa da qualidade de nossa base de clientes aqui. Em termos políticos, muitas autoridades do governo alemão visitaram o Brasil no primeiro semestre, e esperamos que nos próximos seis meses haja resultados econômicos dessas tratativas.

Quais são suas expectativas quanto ao acordo entre Mercosul e União Europeia?

Finalmente, parece-me que chegamos a um ponto em que há muito pouco pendente. Talvez não se resolva neste ano, mas no ano que vem é provável. Estou confiante de que veremos esse acordo ser implementado. Os detalhes do contrato são importantes, mas sobretudo o sinal enviado aos mercados de que os acessos a mercados serão facilitados a ambas as partes.

Como o banco vê o risco de desidratação da **Reforma Tributária** no Congresso?

Nosso papel é identificar o impacto econômico das políticas econômicas. Vemos que as coisas estão se movendo na direção correta no Brasil, a implementação de políticas fiscais sempre toma tempo. O cenário de relações internacionais intensificadas e as medidas econômicas que têm sido discutidas são sinais positivos, independentemente dos detalhes e do timing. Vemos um crescente interesse no país.

O banco tem estruturado uma área de fusões e aquisições no Brasil. Por quê?

Globalmente, o Deutsche Bank atua em fusões e aquisições há muito tempo, mas no Brasil e na região, historicamente, esse foi um dos nossos gaps. Tomamos uma decisão consciente no passado e, agora, o banco vê como oportunidade. Há muita gente boa no mercado que tem expertise na área e

conhecimento da região. A maioria dos profissionais vem do Crédit Suisse, e decidimos construir essa área na América Latina e na Ásia contratando experts. Na América Latina, temos um head de Mergers Acquisitions (fusões e aquisições), contratado em julho, que vem do Credit Suisse. Estamos construindo um time no Brasil para trabalhar na área no país. O núcleo da equipe está se estabelecendo agora até o fim do ano.

Há outras áreas de expansão na operação no Brasil?

Todas as nossas áreas têm planos de crescimento no Brasil. Banco corporativo tem crescido em volumes de transações e em número de clientes no país. Recebemos duas injeções de capital nos últimos 12 meses que nos ajudam a crescer a base de capital. A área de banco de investimento é também uma prioridade. Nossa carteira de crédito no Brasil é de R\$ 7 bilhões, considerando operações como derivativos.

Quão provável é o Brasil reconquistar o grau de investimento no médio prazo?

E sempre possível, mas é uma jornada de longo prazo, uma construção.

*

"O mundo, por causa de incidentes geopolíticos como a guerra na Ucrânia, redescobriu a América Latina, e o Brasil em particular"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária: por um IVA dual com eficiência e sem complexidade

Marco Antonio Chicaroni*

Ao longo dos anos, para acomodar interesses diversos, o sistema tributário brasileiro tornou-se cada vez mais complexo, voltando-se contra a própria sociedade, impondo-lhe ineficiências alocativas, altos custos operacionais e um cenário de grande litigiosidade.

É natural, dessa forma, que a sociedade brasileira, principalmente o setor empresarial, espere que a PEC 45/2019, aprovada na Câmara dos Deputados, consiga trazer a eficiência e a simplicidade na tributação do consumo. A proposta visa substituir os desgastados ISS, ICMS, IPI, PIS e Cofins por um IVA dual (imposto sobre o valor adicionado), composto pelo IBS e CBS, respectivamente imposto e contribuição sobre bens e serviços, sendo o primeiro de competência de Estados, Distrito Federal e Municípios e o segundo da União.

E toda essa expectativa não pode se verter em frustração quando a reforma for posta em prática por contribuintes, fisco e judiciário. Entretanto, alertamos que são necessários ajustes no texto da proposta, agora em discussão no Senado Federal.

Nesse sentido, é imprescindível que a PEC 45/2019 preveja maior fluidez na harmonização do IVA dual, entre os novos **tributos** IBS e CBS, o que somente será possível com o aperfeiçoamento do artigo 149-B.

Para se evitar o risco de uma babel normativa, que teria reflexos nos custos de conformidade dos contribuintes e na litigiosidade com o fisco, é essencial estabelecer uma ordem e precedência das regras do IBS sobre o CBS. Essa ordem estabelecida possibilita o reequilíbrio na relação entre os entes federados no processo de harmonização do Conselho Federativo (representante dos 26 Estados, Distrito Federal e os 5.568 Municípios) com a União, que é a parte mais forte de uma relação federativa, inclusive tributária.

O aperfeiçoamento no artigo 149-B da PEC também proporcionará mais um ganho à sociedade, além de um IVA dual menos complexo. Trata-se da otimização na atuação das administrações tributárias dos entes federados, permitindo focar a expertise atual de cada fisco, ou seja, concentrar os recursos da **Receita Federal** na administração do IR/CSLL/IS/folha (16%

do **PIB**) e do Conselho Federativo na gestão do IVA dual (13% do **PIB**), de maneira a potencializar a competência e a capacidade técnica dos entes federativos, resultando em maior eficiência na gestão dos **tributos** em seu conjunto.

Portanto é inequívoco que apenas a ampla harmonização do CBS com o IBS, por meio da definição de uma precedência de regras entre os **tributos** e um reequilíbrio federativo do processo, permitirá a atuação mais eficiente das administrações tributárias e que a tão necessária simplicidade na tributação do consumo deixe de ser uma esperança e passe a ser realidade para a sociedade brasileira.

*Marco Antonio Chicaroni, sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Sinafresp)

É natural, dessa forma, que a sociedade brasileira, principalmente o setor empresarial, espere que a PEC 45/2019, aprovada na Câmara dos Deputados, consiga trazer a eficiência e a simplicidade na tributação do consumo. A proposta visa substituir os desgastados ISS, ICMS, IPI, PIS e Cofins por um IVA dual (imposto sobre o valor adicionado), composto pelo IBS e CBS, respectivamente imposto e contribuição sobre bens e serviços, sendo o primeiro de competência de Estados, Distrito Federal e Municípios e o segundo da União.

E toda essa expectativa não pode se verter em frustração quando a reforma for posta em prática por contribuintes, fisco e judiciário. Entretanto, alertamos que são necessários ajustes no texto da proposta, agora em discussão no Senado Federal.

Nesse sentido, é imprescindível que a PEC 45/2019 preveja maior fluidez na harmonização do IVA dual, entre os novos **tributos** IBS e CBS, o que somente será possível com o aperfeiçoamento do artigo 149-B.

Para se evitar o risco de uma babel normativa, que teria reflexos nos custos de conformidade dos contribuintes e na litigiosidade com o fisco, é essencial estabelecer uma ordem e precedência das regras do IBS sobre o CBS. Essa ordem estabelecida possibilita o reequilíbrio na relação entre os entes federados no processo de harmonização do Conselho Federativo (representante dos 26 Estados, Distrito Federal e os 5.568 Municípios) com a União, que é a parte mais

forte de uma relação federativa, inclusive tributária.

O aperfeiçoamento no artigo 149-B da PEC também proporcionará mais um ganho à sociedade, além de um IVA dual menos complexo. Trata-se da otimização na atuação das administrações tributárias dos entes federados, permitindo focar a expertise atual de cada fisco, ou seja, concentrar os recursos da **Receita Federal** na administração do IR/CSLL/IS/folha (16% do **PIB**) e do Conselho Federativo na gestão do IVA dual (13% do **PIB**), de maneira a potencializar a competência e a capacidade técnica dos entes federativos, resultando em maior eficiência na gestão dos **tributos** em seu conjunto.

Portanto é inequívoco que apenas a ampla harmonização do CBS com o IBS, por meio da definição de uma precedência de regras entre os **tributos** e um reequilíbrio federativo do processo, permitirá a atuação mais eficiente das administrações tributárias e que a tão necessária simplicidade na tributação do consumo deixe de ser uma esperança e passe a ser realidade para a sociedade brasileira.

*Marco Antonio Chicaroni, sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Sinafresp)

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/reforma-tributaria-por-um-iva-dual-com-eficiencia-e-sem-complexidade,89dbe710190344817348706f44379645i7mxfk3m.html>

Mínimo de R\$ 1.320 e correção na tabela do IR vão para sanção

João Gabriel

O Senado aprovou, na manhã desta quinta-feira (24), a medida provisória do governo Lula (PT) que aumenta o salário mínimo para R\$ 1.320. A Casa manteve o entendimento da Câmara de não tratar da taxaço de empresas offshores no texto. A medida vai à sanção da Presidência.

Foi mantido na MP do salário mínimo o trecho que determina o aumento na isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 2.640.

O governo Lula prevê que o salário mínimo deverá alcançar R\$ 1.421 no ano que vem, já considerando a fórmula de correção da política de valorização proposta pelo Executivo. O reajuste do piso nacional vai considerar a **inflação** do ano anterior mais a variação do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos antes (neste caso, a alta de 2,9% observada em 2022). A cifra estará na proposta de Orçamento 2024, que será enviada pelo governo até 31 de agosto.

O valor final do salário mínimo, entretanto, só será conhecido no início do ano.

Inicialmente, a matéria aprovada em comissão mista no dia 8 também havia agregado o conteúdo de outra medida, na qual estava a proposta de tributação de fundos em paraísos fiscais, as offshores, algo que segundo líderes da Câmara e o próprio presidente da Casa, Arthur Lira (PP--AL), não havia sido negociado previamente.

Na terça (22), o governo Lula decidiu abrir mão desse movimento, em meio à resistência dos parlamentares. Como mostrou a Folha, a tributação das offshores foi o epicentro do atrito entre Lira e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Líderes da Casa já planejavam tirar essa taxaço do texto, impondo um revés ao governo federal, mas ao fim, foi costurado um acordo com a retirada do trecho. Agora, o tema será retomado em um outro projeto de urgência constitucional (trancando a pauta da Casa em 45 dias), a ser enviado pelo Executivo.

A exclusão do trecho das offshores, porém, gerou um problema na sanção da correção da tabela do IRPF. Lula teria de vetar a medida, que foi uma promessa de

campanha, ou precisaria encontrar outra fonte de compensação, a ser lançada no momento da sanção da nova lei.

Por isso, segundo o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, o governo vai propor a tributação dos fundos exclusivos via MP, que tem vigência imediata. O texto deve trazer um dispositivo que incentiva os detentores desses recursos a atualizar o patrimônio dos fundos recolhendo uma alíquota reduzida, de 10%, sobre os rendimentos obtidos nos últimos anos.

Lira confirmou, na noite de quarta (23) e após a aprovação do novo mínimo pela Câmara, que as propostas de taxaço de empresas offshore e dos super-ricos devem avançar na Câmara, desde que respeitado um acordo feito com o governo e que modifica a ideia inicial da gestão Lula.

Segundo o presidente da Câmara, o mencionado acordo prevê uma mudança no texto para que o cálculo da tributação deixe de considerar os ganhos com variação cambial de quem tem a empresa no exterior. AMP publicada por Lula e Haddad em abril determinou que a flutuação contaria para o recolhimento dos **impostos**.

"A variação cambial do principal aplicado na entidade no exterior comporá o ganho de capital tributável [...]", afirma a exposição de motivos, documento que acompanha a MP, enviada pelo governo ao Congresso em abril.

Segundo Lira, a remoção desse ponto dá condições de votar a proposta. "Se for o texto acordado com o secretário Dario [Durigan, secretário-executivo do Ministério da Fazenda], sim [tem clima para aprovar]. Sem taxaço de variação cambial", disse.

Lira também defendeu "uma taxa de juros factível para que o governo arrecade mais e quem tem possa pagar sem ter que retirar os recursos do Brasil e ir para outros países com taxas menores".

Segundo Lira, estes são alguns dos termos do acordo firmado com Durigan, que comanda o Ministério da Fazenda durante viagem de Haddad ao exterior, e Geraldo Alckmin, vice-presidente.

Caso a remoção do trecho sobre variação cambial não

seja compensada por outra iniciativa, a proposta de Haddad será desidratada e perderá o potencial de arrecadação. Quando publicou a MP sobre o tema, o governo anunciou que poderia obter com as novas regras R\$ 3,25 bilhões em 2023, R\$ 3,59 bilhões em 2024 e R\$ 6,75 bilhões em 2025.

R\$ 1.421 é a previsão para o salário mínimo em 2024, já considerando a fórmula de correção da política de valorização proposta pelo governo

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50379&maxTouch=0&anchor=6482077&pd=006aa3e5c79f1cfb279a7aec1828e75c>

Jair Renan é alvo de buscas em ação contra estelionatários

REYNALDO TUROLLO JR. E EDUARDO GONÇALVES

Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi alvo ontem de uma operação da Polícia Civil do Distrito Federal deflagrada em Brasília e Balneário Camboriú, em Santa Catarina. A ação mira um grupo acusado de formar uma associação criminosa que pratica estelionato. Segundo a polícia, os suspeitos falsificavam documentos e utilizavam laranjas para obter vantagens financeiras de diferentes formas, como abrir contas, pedir empréstimos e sonegar **impostos**. Os agentes cumpriram dois mandados de busca e apreensão - um deles contra Jair Renan -além de mandados de prisão preventiva.

Segundo nota da Polícia Civil, a ação ocorreu "com o objetivo de reprimir a prática, em tese, de crimes contra a fé pública". Os agentes chegaram a vasculhar dois endereços ligados a Jair Renan, um no Sul e outro no DF, onde foram apreendidos celular, HD, papéis e documentos.

A polícia investiga a transferência de uma empresa de Jair Renan, a Bolsonaro Jr Eventos e Mídia, aberta em 2020, para o nome de Marcos Aurélio Rodrigues dos Santos, dono de um clube de tiro no DF, em março deste ano. Hoje, a empresa consta como encerrada na **Receita Federal**. A apuração atinge outras três pessoas.

No caso da Bolsonaro Jr Eventos e Mídia, a suspeita é que a firma tenha sido passada para o nome de um "testa de ferro"-expressão usada pela polícia quando aquele que "empresta" seu nome tem conhecimento das irregularidades. Em tese, segundo as apurações, Jair Renan pode ter cometido os crimes de falsidade ideológica, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Advogado de Jair Renan, Admar Gonzaga, afirmou que "não obteve acesso aos autos da investigação ou à decisão" que autorizou a busca e apreensão. "Renan informou estar surpreso, mas absolutamente tranquilo com o ocorrido", completou o defensor.

Rodrigues dos Santos, para quem a empresa foi repassada, também foi alvo de busca e apreensão. Em maio, o antigo advogado dele afirmou à revista Veja que a transferência de sociedade da empresa havia sido uma "doação" e que "não houve compra e

venda".

O advogado de Rodrigues dos Santos, Pedrinho Villard, confirma a versão. Diz que "a empresa foi recebida de forma legal e na época da transferência não havia faturamento". "O Renan desde a doação se tornou assessor comissionado (em Santa Catarina), o que não permite a existência de empresas em nome próprio. O Marcos Aurélio tem conduta ilibada", disse o advogado.

Outro alvo da operação deflagrada ontem, o instrutor de tiro Maciel Carvalho, é apontado pela investigação como o cabeça do grupo. Ele já havia entrado na mira de outras duas operações policiais neste ano e voltou a ser preso ontem. Assim como Jair Renan, Carvalho transferiu a propriedade de uma empresa sua para Rodrigues dos Santos.

A defesa de Carvalho, também representada por Villard, informou que as mesmas suspeitas contra o instrutor de tiro já foram investigadas anteriormente e são "descabidas".

O quarto alvo do inquérito é Eduardo Alves, que também teve prisão decretada, mas está foragido. Ele já era suspeito de ter cometido um homicídio em Planaltina, uma região administrativa do Distrito Federal.

Segundo a investigação, Alves se passava por uma "pessoa" inventada pelo grupo, batizada de Antonio Amando Alves Mandarrari, "cuja identidade falsa foi usada para abertura de conta bancária e para figurar como proprietário de pessoas jurídicas na condição de "laranja"". O advogado de Eduardo Alves não foi localizado.

Outras apurações a representantes do clã presidencial

Senador Flávio(PL-RJ).O primeiro filho do ex-presidente foi alvo da investigação no caso das "rachadinhas",que apurava desvios de seu gabinete como deputado na Alerj. Nofimde2021,oSTJ anulou as decisões da Justiça e deu fim à investigação. O Mistério Público do Rio apresentou recurso para retomar o caso.

Vereador Carlos (PL-RJ).0MPRJ começou a investigar em 2019 denúncias de uso de funcionários fantasmas

e "rachadinha" no gabinete do vereador. Reportagem da revista Época publicada em junho daquele ano mostrava que ele empregou sete parentes da sua ex-madrasta Ana Cristina Valle, mãe de Jair Renan. O MPainda procura descobrir se Carlos foi beneficiado do desvio de salários.

Deputado Eduardo (PL-SP). Foi alvo de uma apuração preliminar da Procuradoria-Geral da República sobre pagamentos em dinheiro vivo nas aquisições de dois imóveis na Zona Sul do Rio de Janeiro entre 2011 e 2016. O caso, arquivado pela PGR em 2021, foi revelado em setembro pelo GLOBO e envolveu duas transações imobiliárias que custaram R\$ 150 mil em espécie ao parlamentar (R\$196,5 mil em valores corrigidos).

Jair Renan. Em dezembro de 2021, foi intimado pela PF a prestar depoimento em inquérito que apura o pagamento de propina por empresários com interesse na administração pública. Ele nega ter intermediado contatos como governo federal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bancos voltam a indicar ações da Petrobras após reajustes

Felipe Laurence

Os analistas refizeram suas estimativas para Petrobras após a companhia anunciar reajustes nos preços dos combustíveis e diminuir os questionamentos envolvendo a possibilidade de interferência política nos seus negócios. Desde o último dia 15 de agosto, pelo menos quatro bancos elevaram suas recomendações das ações de neutra para compra.

Levantamento do Valor mostra que atualmente 13 bancos têm recomendação de compra para as ações da Petrobras e outros três mantêm neutra. Em junho, logo após o anúncio da nova política de precificação dos combustíveis, eram seis recomendações de compra, nove neutras e uma de venda.

Em meio à subida do petróleo no mercado internacional, com o barril de referência do Brent chegando a ficar acima de US\$ 85 no fim de julho, com as expectativas de que a oferta da commodity diminua globalmente, criou-se o questionamento se a nova política de preços iria repassar uma valorização mais expressiva das cotações internacionais e aumentar a gasolina e o diesel.

No dia 15 de agosto, a Petrobras elevou a gasolina em R\$ 0,41 por litro, a R\$ 2,93 por litro, e o diesel em R\$ 0,78 por litro, a R\$ 3,80 por litro, reduzindo a defasagem nos preços, que se aproximava de patamares históricos e preocupava agentes de mercado sobre as consequências nas finanças da empresa.

O analista Vicente Falanga, do Bradesco BB1, afirmou que os aumentos anunciados pela Petrobras foram "robustos e surpreendentes", resultado em uma geração incremental de caixa de aproximadamente 7% ao ano, ao elevar a recomendação de neutra para compra e o preço-alvo para as ações preferenciais em R\$ 38.

O banco afirma que boa parte do incremento de caixa vai se traduzir em dividendos extraordinários, uma vez que mesmo com aumento provável dos investimentos no próximo plano estratégico, ainda vai sobrar dinheiro. Ele cita a necessidade do governo em equalizar contas e o potencial uso desses proventos para aliviar o déficit fiscal.

"Nós subestimamos os mecanismos de defesa **impostos** pelas melhorias feitas nos estatutos da Petrobras durante os últimos anos, assim como na Lei das Estatais", escrevem os analistas Pedro Soares e Thiago Duarte, do BTG Pactual, elevando recomendação de neutra para compra e preço-alvo das ADRs de US\$ 14 para US\$16.

Mesmo os questionamentos sobre alocação de capital devem ser reduzidos, com a Petrobras mantendo um balanço com boa saúde financeira e pagamento de dividendos robustos. Eles agora veem melhor visibilidade na condução dos negócios da empresa.

O Bank of America (BofA) também elevou a recomendação de neutra para compra e o preço-alvo dos papéis preferenciais de R\$ 33 para R\$ 45. Os analistas Caio Ribeiro e Leonardo Marcondes escrevem que a alta recente nos preços do petróleo melhorou as perspectivas de dividendos extraordinários para a Petrobras.

"Outros fatores que apoiam nossa visão positiva sobre Petrobras são grande produção de petróleo até o fim da década e uma política de preços de combustíveis mais alinhada com práticas internacionais, reduzindo preocupações com interferência governamental", afirmam.

Nesta quinta-feira (24), o UBS BB foi o mais recente banco a elevar sua recomendação de neutra para compra e o preço-alvo das ações ordinárias e preferenciais de R\$ 31 para R\$ 42.

Os analistas Luiz Carvalho, Matheus Enfeldt e Tasso Vasconcellos apontam que suas preocupações com a governança da Petrobras se mostraram exageradas.

O banco, que há menos de duas semanas havia aumentado sua recomendação de venda para neutra, vê hoje uma empresa muito mais robusta e resiliente do que na época da Operação Lava-Jato. O aumento nos combustíveis mostrou a independência da diretoria e mantém perspectiva de dividendos elevados e atrativos, ponderam.

A animação dos bancos se traduziu nas ações da Petrobras. Desde o anúncio dos reajustes, as ações ordinárias e preferenciais acumulam valorização de

aproximadamente 9%, contra alta de somente 0,2% do Ibovespa no mesmo período. Os ADRs negociados na Bolsa de Nova York (Nyse) têm alta de 7,6%.

O petróleo, por sua vez, começa a dar sinais de arrefecimento recente, com rumores de negociação entre o governo dos Estados Unidos e a Venezuela para relaxamento das sanções e aumento da oferta da commodity. Ações da Prio, muito correlacionadas ao produto, caem 4,9% desde o dia 15 de agosto.

"Aumentos anunciados pela Petrobras foram robustos"

Vicente Falanga

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230824/>

Ampliação dos Brics reposiciona o Brasil na geopolítica mundial - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

Qual o lugar do Brasil no mundo atual? Em termos culturais, é o Ocidente, apesar da nossa herança ibérica. Em termos econômicos, com a globalização e o esgotamento do modelo de substituição de importações, a vocação natural de grande produtor de commodities de alimentos e minérios fez da China nosso principal parceiro comercial, o que desbancou os Estados Unidos. Essa contradição está se tornando um impasse geopolítico, em razão da emergência de uma nova "guerra fria" entre os EUA e a Europa, de um lado, e a Rússia e a China, de outro.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou a entrada da Argentina nos Brics (originalmente formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), ao lado de mais cinco países: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. Foi uma vitória da diplomacia brasileira, apesar do alto risco oferecido pelas eleições no país vizinho. O candidato populista de extrema direita Javier Milei, mais votado nas eleições primárias da Argentina e considerado favorito no pleito, quer dolarizar totalmente a economia do país e é contrário ao ingresso no grupo.

Na entrevista após o encontro, realizado em Joanesburgo, na África do Sul, Lula defendeu um reposicionamento do Brasil na geopolítica mundial. "O nosso não pensa só economicamente, o nosso também pensa politicamente. E é por isso que eu acho que o Brics está consolidado como uma referência.

Qualquer ser humano, jornalista, cientista político que quiser discutir a geopolítica econômica, a geopolítica científica e tecnológica, a geopolítica de qualquer coisa vai ter que conversar com o Brics também. Não é só com os Estados Unidos e o G7 (sete países mais industrializados do mundo)", disse.

Um dos temas mais importantes da cúpula foi a discussão sobre a criação de uma moeda de referência para o comércio internacional, em alternativa ao dólar, assunto que incomoda muito aos EUA. Os bancos centrais e ministérios da Fazenda e da Economia de cada país realizarão estudos para isso. A próxima reunião do Brics será na Rússia, com a participação de Vladimir Putin, que não pôde viajar para a África do Sul porque tem mandado de prisão

expedido pela Interpol.

No encontro, Lula se reuniu também com outro chefe de um Estado considerado "tóxico" no Ocidente: o presidente do Irã, Ebrahim Raisi. Em 2022, o Irã foi o maior importador de produtos brasileiros no Oriente Médio. Após o encontro, Lula viajou para Angola e, depois, irá a São Tomé e Príncipe, para a conferência de chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no domingo.

Lula reivindica um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, criado junto com a fundação da ONU, em 1945. Hoje, é integrado por EUA, Reino Unido, França, Rússia e China. A China sinalizou que poderia apoiar a pretensão do Brasil, como a Rússia.

Antes, não dera sinais diplomáticos mais claros de apoio à reivindicação do Brasil. A Declaração de Joanesburgo, divulgada ontem, defende textualmente a ampliação do Conselho de Segurança - e nominalmente o Brasil, como aspirante a um papel de destaque nessa instância. África do Sul e Índia também pleiteiam uma vaga cada, assim como a Alemanha e o Japão, que perderam a II Guerra Mundial.

Sul global

A ampliação dos Brics consolida o conceito de Sul Global como espaço geopolítico. O termo foi criado em 1969 pelo ativista político Carl Oglesby, na revista católica liberal *Commonweal*.

Segundo ele, a derrota dos EUA no Vietnã representou o fim da dominação do Hemisfério Norte sobre o Sul Global. O conceito foi consolidado após o fim da União Soviética, em 1991, que tornou obsoleta a divisão entre primeiro (desenvolvidos), segundo (socialistas) e terceiro (em desenvolvimento) mundos.

As implicações da adesão do Brasil a esse conceito são complexas. O termo Sul Global não é geográfico, pois a China e Índia estão fora do Hemisfério Sul - representa uma espécie de pool entre países com semelhanças políticas, geopolíticas e econômicas. Com exceção da Rússia, são ex-colônias das potências europeias, cujos movimentos nacionalistas foram apoiados pela antiga URSS.

Três das quatro maiores economias serão do Sul Global, nessa ordem: China, Índia e Indonésia. Os EUA serão a segunda.

O **PIB** em termos de poder de compra das nações do Sul Global, especialmente Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, supera o do grupo G7. Há mais magnatas em Pequim do que em Nova York.

Alguns especialistas falam em chegada do "século asiático", por causa do crescimento econômico e tecnológico da China e da Índia. Essa transição está sendo acelerada no contexto das tensões entre China e EUA e, mais recentemente, a guerra entre Rússia e Ucrânia, que inviabilizou a Rota da Seda na Europa e redirecionou as prioridades da China para a África e a América Latina.

O problema para o Brasil é a reação dos EUA e da União Europeia para manterem a hegemonia na geopolítica mundial. No caso brasileiro, a reestruturação das cadeias de valor norte-americanas são uma oportunidade, assim como a transição da economia do carbono para a economia verde e a sustentabilidade, sobretudo na Amazônia, para a qual os olhos do mundo estão voltados, principalmente os da União Europeia. O eixo do comércio brasileiro se deslocou para os Brics, principalmente a China, mas o preço vem sendo a nossa desindustrialização, por falta de competitividade da indústria tradicional.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/25/all.pdf>

Ampliado, bloco terá 36% do PIB global

Ingrid soares

O grupo Brics, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul terá, em janeiro de 2024, mais seis integrantes: Argentina, Irã, Arábia Saudita, Egito, Etiópia e Emirados Árabes Unidos. O anúncio foi feito ontem pelo presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa que destacou que o "Brics inicia um novo capítulo". Com a mudança, o bloco, que tem como objetivo a cooperação econômica e o desenvolvimento dos países- membros, ganha uma face ainda mais heterogênea, o que aumenta os desafios na formulação de políticas do grupo.

A ampliação do número de integrantes foi um dos principais temas discutidos na 15ª Cúpula do Brics, ocorrida em Joanesburgo, na África do Sul, desde o início da semana. A entrada dos novos membros foi impulsionada, sobretudo, pela China. Em discurso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o interesse de outros países em aderir ao bloco "mostra o quão relevante é a busca por uma nova ordem econômica mundial". Ele destacou que o Brics passará a representar 36% do **PIB** global, em paridade de poder de compra, e 46% da população mundial.

Lula teve papel importante no convite à Argentina, e dedicou uma mensagem especial ao presidente do país vizinho, Alberto Fernández, a quem chamou de "grande amigo do Brasil e do mundo em desenvolvimento".

"Continuaremos avançando lado a lado com nossos irmãos argentinos em mais um foro internacional", afirmou. Em entrevista a jornalistas, o presidente brasileiro disse não se importar "do ponto de vista dos Brics, com quem ganhe a eleição na Argentina".

O favorito no pleito é o direitista radical Javier Milei, que, por sinal, criticou ontem a entrada do país no bloco. "A Argentina sob o nosso governo não estará no Brics", declarou, em evento em Buenos Aires.

Lula disse que "o Brasil, enquanto Estado, vai negociar com o Estado argentino independentemente de quem seja o presidente". "A responsabilidade que tomamos hoje, e é isso que dá seriedade à escolha da Argentina, é que a gente não está colocando a questão ideológica dentro do Brics. A gente está colocando a importância geopolítica de cada Estado.

A Argentina é muito importante na relação com o Brasil e na relação com a América do Sul", emendou.

Os atuais membros do bloco se comprometeram também a estudar a criação de uma moeda para facilitar as trocas comerciais entre os países membros.

Uma proposta deve ser apresentada na próxima reunião de cúpula, que deve ocorrer na Rússia.

"Essa medida poderá aumentar nossas opções de pagamento e reduzir nossas vulnerabilidades", disse Lula. "Ninguém quer mudar a unidade monetária dos países. O que nós queremos é criar uma moeda que permita que a gente faça negócios sem precisar comprar dólar", emendou.

Maior ganho é da China

A especialista Mariana Coffferri, analista de Relações Internacionais, observou que as seis nações que passarão a integrar o Brics, apesar das diferentes formas de governo, são países geopoliticamente estratégicos e demonstram claramente a intenção chinesa de buscar influência na região do Oriente Médio, principalmente entre os grandes produtores de petróleo.

"A Etiópia, grande surpresa apresentada, foi uma estratégia sul africana para ceder à expansão do grupo. O maior ganho é para a China, que, desde o início, fomentou a ampliação do bloco econômico, e conseguiu.

O Brasil, embora tenha apresentado um forte discurso de cooperação, teve que negociar (incluindo uma jogada fadada ao insucesso - a da Reforma do Conselho de Segurança da ONU), a fim de conseguir levar a Argentina para o grupo como um aliado. A Argentina, maior parceiro comercial brasileiro na América do Sul, garante ao Brasil o protagonismo regional", disse.

A analista frisou que a pluralidade de um grupo econômico torna mais difícil o processo decisório.

"Essa é a razão pela qual a China fomentou a entrada de quatro dos países que aderiram, para que, quando o momento pertinente chegar, o apoio seja facilitado. O fato de serem ditaduras ou democracias dependerá que como o processo de adesão será realizado, quais serão os termos condicionantes. E sabese que, num grupo econômico, havendo movimentação financeira, na prática, pouco importa o regime de governo", opinou.

Após o Brics, o presidente Lula desembarcou em Angola, onde fará uma visita de Estado, e depois para São Tomé e Príncipe, para participar da conferência de chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/25/all.pdf>

Brics+ (Editorial)

É conhecida a frase de Deng Xiao-ping, o líder que abriu a porta para a China transformar-se na segunda maior economia do mundo, conforme a qual a cor do gato era irrelevante se ele fosse eficaz na função de caça ao rato.

Tratava-se da adoção de relações capitalistas por uma ditadura comunista -um híbrido que favoreceu a ascensão do **PIB** chinês a partir dos anos 2000.

Foi naquele contexto que surgiu o Bric, acrônimo para países cujos pontos em comum eram as vastas dimensões territoriais, o potencial econômico e a inclinação a desafiar a hegemonia americana. A Brasil, Rússia, Índia e China somou-se depois a África do Sul e o S do primeiro nome do país em inglês.

Pouco de concreto, contudo, foi levado adiante em 14 reuniões de cúpula até 2019. Um dos poucos instrumentos reais criados, o banco hoje liderado por Dilma Rousseff, tem sua liquidez questionada.

Mas o mundo mudou com o acirramento da disputa entre EUA e China, a crise provocada pela Covid-19 e a invasão russa da Ucrânia.

Ganhou força a ideia de reinvenção do Brics, que agora culmina no anúncio da expansão do clube a partir do convite a seis países em seu 15º encontro.

Aqui valeu a teoria de Deng, ao menos na escolha das monarquias absolutistas da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, riquíssimas. Felinos mais questionáveis são a Argentina em crise, a alquebrada Etiópia, a ditadura militar do Egito e a teocracia do Irã.

Se não importava a coloração política, faltou definir o sentido de negócios nessas últimas escolhas. Fica bastante difícil dissociá-las da mensagem que se pretende passar ao Ocidente liderado pelos EUA.

Afinal, a desdolarização está na ordem do dia, e a Rússia está em guerra contra um país armado pelo Ocidente. Os presentes à cúpula negaram antiamericanismo e, ao fim, não romperão laços comerciais com Washington. De todo modo, Pequim sai em posição de força.

Para o Brasil, em papel secundário consideradas as ambições de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pode haver oportunidades, mas isso depende do rumo que essa versão ampliada dos Brics tomará. Seu único tento marcado, a inclusão da Argentina no pacote,

está à mercê da sucessão presidencial no vizinho turbulento.

Fica para análise futura o caso da emergente Índia, verdadeira equilibrista ao ser aliada dos EUA, amiga da Rússia e rival da China ao mesmo tempo em que divide cadeira no Brics com Xi Jinping.

Entusiastas somam PIBs para vislumbrar um bloco eficaz, mas tendem a ignorar que gatos não raro disputam o mesmo rato.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50379>

Por um pacto em defesa da juventude preta, pobre e periférica (Artigo)

Matilde Ribeiro, Doutora em serviço social (PUC-SP), é professora no Instituto Nacional de Humanidades da Unilab; ex-ministra da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (governo Lula, 2003 a 2008) Ramatis Jacino, Doutor em história econômica (FFLCH-USP), é professor do Bacharelado em Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022 foram registradas 47.508 mortes violentas intencionais no país. Quando resultantes de intervenção policial, 99,2% são homens, 83,1% negros e 75% com idades entre 12 e 29 anos. Em 2021, a quantidade de presos era de 820.689 e subiu para 832.295 no ano passado. Dos encarcerados, 43,1% têm até 29 anos e 68,2% são negros. A estes somam-se os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, eram 13.684 em 2021 -95,5% meninos.

Para além da trágica perda de vidas humanas, as mortes desses jovens impedem o pleno desenvolvimento econômico do país. Relatório do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) de 2014 informa que os gastos com segurança foram de US\$ 91 bilhões -3,78% do PIB. Apresenta ainda cálculo demonstrando que, para cada homicídio de jovem de 13 a 25 anos, perdem-se cerca de R\$ 550 mil, e os ocorridos entre 1996 e o início da pesquisa causaram perda cumulativa de capacidade produtiva superior a R\$ 450 bilhões. Já os custos com o encarceramento, segundo dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), de 2022, indicam que cada prisioneiro custa em média R\$ 1.800 mensais aos cofres públicos - quatro vezes os R\$ 470 investidos pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) para formar alguém como cidadão e qualificá-lo profissionalmente.

A "juventude PPP" (preta, pobre e periférica), contudo, não é um problema, é a solução. Trata-se de um contingente populacional significativo, em pleno vigor laborai, com imenso potencial de produção de riqueza, ciência, cultura e pensamento que está sendo desperdiçado pela nação. Os programas Juventude Viva, Pro-Jovem, Pronasci, o Sistema Nacional de Juventude e Escola em Tempo Integral são importantíssimas iniciativas do atual governo, mas

insuficientes para superar tamanha violência institucional e sistêmica.

Assim, em sintonia com o projeto de reconstrução e pacificação do país, e em busca de enfrentamento dos problemas estruturais que vitimizam essa juventude, é que estamos propondo um grande debate para a criação de um Pacto Nacional em Defesa da Juventude Preta, Pobre e Periférica, nos moldes da Campanha Contra a Fome da década de 1990. Para tanto, compreendemos que seria necessário:

1 - criação, por iniciativa do governo federal, de um Comitê Nacional de Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Preta, Pobre e Periférica, com participação dos três Poderes da República, dos três níveis de governo e da sociedade civil organizada;

2 - ampliação e unificação dos programas de concessão de ajuda financeira a alunos do ensino médio, a serem escolhidos dentre os beneficiados pelo Bolsa Família, sob a condição de contrapartidas, rumo a uma espécie de Prouni para esse segmento.

Para a efetividade desse novo programa, todavia, os valores a serem disponibilizados precisariam ir além do socorro emergencial para combater a insegurança alimentar, pois o objetivo seria "disputar" esses jovens com o trabalho informal, mal remunerado e, em especial, evitar a cooptação pelo crime organizado.

Compreendemos que frear a evasão escolar, proporcionando-lhes educação de qualidade e condições para que vivenciem a adolescência com plenitude, dará mais tempo para o amadurecimento e formação de uma mão de obra que, ao ingressar no mercado de trabalho, estará mais qualificada e madura, aumentando, portanto, a produtividade.

Os valores a serem investidos para implementar um programa dessa natureza são altos, mas não proibitivos, considerando a relação cus-to-benefício. Seu sucesso, contudo, dependerá do nível de engajamento de todos os atores citados acima, e por isso o ponto de partida seria esse pacto, que se nortearia pela preservação da maior riqueza que um país pode possuir o segmento da população que se destaca pela capacidade de produzir a riqueza material e imaterial, a ser apropriada - de preferência de maneira igualitária- pelo conjunto da população.

[...] A "juventude PPP" (preta, pobre e periférica) não é um problema, é a solução. Trata-se de um contingente populacional significativo, em pleno vigor laborai, com imenso potencial de produção de riqueza, ciência, cultura e pensamento que está sendo desperdiçado pela nação

Matilde Ribeiro, Doutora em serviço social (PUC-SP), é professora no Instituto de Humanidades da Unilab; ex-ministra da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (governo Lula, 2003 a 2008)

Ramatis Jacino, Doutor em história econômica (FFLCH-USP), é professor do Bacharelado em Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50379>

Câmara pode ampliar benefício a municípios e impor perda a Haddad

Victoria Azevedo

Líder da União Brasil na Câmara dos Deputados e um dos principais aliados do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), Elmar Nascimento (BA) quer ampliar para todo o país a medida que reduz a contribuição previdenciária paga por municípios sobre o salário de servidores.

A iniciativa vai na contramão do que defende a equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda), que já calculava um impacto aproximado de R\$ 10 bilhões para a União com a medida criada pelo Senado -que não tem prazo de encerramento e que agora pode ter seus efeitos ampliados.

A medida foi inserida pelos senadores no projeto de lei que prorroga até o fim de 2027 a desoneração para empresas de 17 setores da economia.

O projeto aprovado pelo Senado contém um trecho que reduz dos atuais 20% para 8% a contribuição previdenciária paga por municípios com até 142,6 mil habitantes. Segundo congressistas, a medida pode beneficiar 3.000 municípios, que concentram 40% da população brasileira.

Elmar planeja expandir a medida para todas as prefeituras, mas estabelecendo cinco alíquotas -que cresceriam gradativamente conforme o tamanho do **PIB** (Produto Interno Bruto) per capita do município.

Haveria uma alíquota de 8% para aqueles com o indicador mais baixo e de 10,5%, 13%, 15,5% e 18% quanto maior o índice. Como a alíquota máxima prevista na proposta de Elmar é de 18%, patamar abaixo dos atuais 20%, isso significa que todos os municípios serão beneficiados.

Lira culpou o governo por não ter conseguido impedir no Senado a inclusão de medida voltada aos municípios e diz agora que é necessário buscar uma solução para o problema.

"Os prefeitos estão apavorados, e essa emenda do Senado causa um problema, de um impacto de R\$ 9 bilhões, o que preocupa muito a Economia [Fazenda]. O governo não teve força no Senado para segurar isso numa comissão terminativa, o problema veio para a Câmara", disse.

Segundo Lira, há acordo entre os líderes partidários para votar urgência e o mérito do PL da desoneração da folha no plenário da Câmara na próxima terça-feira (29). Caso as mudanças sejam aprovadas, o texto volta ao Senado.

Lira foi questionado sobre a emenda de Elmar, mas afirmou que ainda não há uma decisão tomada sobre a inclusão dela no texto. "Tenho informações, claro, que a Fazenda é contra [a emenda]. Mas há de encontrar uma solução para esse problema. Vamos discutir isso nesta semana, não tem uma posição firmada", disse.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT--CE), afirmou que é preciso ter uma resposta para a crise que os municípios estão enfrentando, e que "o governo está discutindo isso".

Alex Manente (SP), líder do Cidadania -mesmo partido da relatora da matéria na Casa, Any Ortiz (RS)-, defendeu que não haja a medida voltada aos municípios.

A proposta que atende aos prefeitos já estava em outro projeto de lei, de autoria do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e será transformada na nova emenda. Elmar diz que já acordou o tema com Lira e tratou da matéria com representantes petistas, como Guimarães e o próprio Wagner.

"Acho que é mais justo e mais adequado. Vou copiar integralmente [o conteúdo do projeto de Jaques Wagner]" afirmou Elmar.

O deputado disse que não tratou desse assunto com o Ministério da Fazenda e que está propondo uma melhoria ao texto do Senado. O congressista também afirmou que não sabe qual o impacto orçamentário da proposta. Procurada pela reportagem, a Fazenda não soube informar o novo valor.

O movimento é observado em meio a um aumento no número de municípios com as contas no vermelho no primeiro semestre de 2023, que levou centenas de prefeitos a Brasília neste mês em busca de ajuda financeira da União.

Segundo levantamento da CNM (Confederação

Nacional dos Municípios), 2.362 cidades registraram déficit primário nos primeiros seis meses de 2023 -ou seja, gastaram mais do que arrecadaram. O número é quase sete vezes o registrado em igual período do ano passado (342).

50379&maxTouch=0&anchor=6482077&pd=006aa3e5c79f1cfb279a7aec1828e75c

Os prefeitos estiveram em gabinetes de deputados de suas regiões para emplacar uma agenda de socorro aos municípios. Também circularam nos salões do Congresso, abordando líderes.

As mudanças são articuladas mesmo após Haddad ter se posicionado contra também a proposta da desoneração da folha como um todo, dizendo que ela viola dispositivos da Constituição.

"O próprio Congresso aprovou uma emenda constitucional dizendo que esse tipo de benefício tinha data para acabar [...] A decisão, na minha opinião, viola o dispositivo constitucional. O que nós vamos apresentar é uma outra forma. Nós estamos elaborando uma proposta para ser encaminhada no segundo semestre", disse Haddad, em junho.

A desoneração da folha começou no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações. A medida permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência e outras contribuições.

Os 17 segmentos contemplados pelo projeto são: calçados, da 11 center, comunicação, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metro ferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Entenda

Projeto de lei aprovado no Senado que prorroga até o fim de 2027 a desoneração para empresas de 17 setores da economia contém trecho que reduz dos atuais 20% para 8% a contribuição previdenciária paga por municípios com até 142,6 mil habitantes Segundo congressistas, a medida pode beneficiar 3.000 municípios. Fazenda calcula impacto em R\$ 10 bi

Líder da União Brasil na Câmara dos Deputados e um dos principais aliados do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), Elmar Nascimento (BA) quer ampliar para todo o país a medida

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

Brics cresce e países de perfil autoritário ganham vaga no grupo

A expansão do Brics com a entrada de mais seis países a partir do ano que vem ampliou levemente a participação do bloco no **PIB** global e deixou o grupo com um perfil mais autoritário.

A partir de janeiro de 2024, Arábia Saudita, Argentina, Emirados Árabes Unidos, Egito, Irã e Etiópia devem fazer parte do bloco, que já contava com Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Com isso a participação do grupo no **PIB** global em 2022 aumentaria em 3,2 pontos percentuais, para 29,2%. O G7, que reúne potências desenvolvidas, teve uma fatia de 43,7% da economias mundial no ano passado.

Desses seis novos integrantes, apenas a Argentina não é considerada um regime autoritário pelo índice de Democracia da The Economist Intelligence Unit (EIU), uma das referências do tema. O país vizinho é apontado como uma "democracia imperfeita", mesmo caso do Brasil.

Na composição atual do grupo, Brasil, África do Sul e Índia são vistas como democracias imperfeitas, e Rússia e China, como regimes autoritários.

Segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a escolha dos países na reunião do grupo em Joanesburgo (África do Sul) se deveu à importância geopolítica deles e não teve motivações ideológicas.

O petista deu a declaração ao responder a uma pergunta sobre o ingresso da Argentina, país às portas de um processo eleitoral em que a administração que pleiteou a entrada no Brics está sob séria ameaça de sair do poder. As principais forças da oposição argentina são contra a adesão.

"A responsabilidade que nós tomamos hoje - é isso que dá seriedade à escolha da Argentina - é que a gente não está colocando a questão ideológica dentro do Brics. Estamos colocando a importância geopolítica de cada Estado. E você sabe que a Argentina é muito importante na relação com o Brasil e com o Mercosul."

Lula disse ainda, no encerramento da cúpula do Brics, nesta quinta (24), que a presença de líderes do Sul Global na reunião mostra que o "mundo é mais complexo que a mentalidade de Guerra Fria que alguns querem restaurar", ecoando um mantra utilizado com frequência pela China.

"Em vez de aderir à lógica da competição, que impõe alinhamentos automáticos e fomenta desconfianças, temos de fortalecer nossa colaboração", disse o petista. Ele não mencionou os Estados Unidos, mas a competição entre Washington e Pequim é tratada por analistas como uma espécie de Guerra Fria 2.0.

Também na cúpula em Joanesburgo, o líder chinês, Xij Jinping, já havia usado o termo "mentalidade da Guerra Fria" em uma crítica à formação de "grupos fechados", referência a fóruns controlados pelo Ocidente, como o G7. Os novos integrantes do Brics com perfil autoritário têm características como processo eleitoral e pluralismo inexistentes ou muito próximo disso e liberdades civis praticamente nulas. Pelo braço de pesquisa da revista "The Economist", o Brasil tem nota 7,65 em liberdades civis (de zero a dez), enquanto Etiópia tem avaliação 1,47, o Egito, 1,76, os Emirados Árabes, 2,35, e o Irã e a Arábia Saudita, 1,47.

O Irã, por exemplo, foi marcado pelos protestos no ano passado depois que uma jovem foi presa por não usar seu hijabie maneira adequada segundo a "polícia da moralidade", força de segurança usada para impor as leis morais do país, que define que as mulheres devem cobrir seus cabelos.

As manifestações começaram com pedidos de mudança da lei de vestimentas para mulheres no país e se transformaram em grandes protestos pedindo pelo fim do sistema islâmico de 44 anos do país.

Segundo a ONG Iran Human Rights, pelo menos 537 pessoas, incluindo 48 mulheres e 68 crianças, foram mortas pelas forças de segurança iranianas nos primeiros 200 dias de protestos, iniciados em setembro de 2022. Grupos de direitos humanos estimavam que mais de 18 mil pessoas foram presas.

No caso da Arábia Saudita, relatório desta semana da ONG Human Rights Watch apontou que guardas mataram pelo menos centenas de migrantes etíopes que tentaram cruzar a fronteira entre o Iêmen e a Arábia Saudita entre março de 2022 e junho de 2023.

O príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, que também é primeiro-ministro, foi apontado por um relatório da inteligência cios Estados Unidos

como responsável pela morte do jornalista Jamal Khashoggi, em 2018. Khashoggi foi assassinado dentro da embaixada da Arábia Saudita na Turquia. Ele foi correspondente do "Washington Post" e era um crítico ferrenho do governo saudita.

A Anistia Internacional apontou que no Egito o governo libertou, às vésperas da COP27 (evento da ONU sobre mudanças climáticas em novembro do ano passado), 895 prisioneiros detidos por razões políticas, mas que, desde então, prendeu quase o triplo desse número, incluindo centenas que são suspeitos de terem convocados protestos durante a COP27.

"As autoridades reprimiram severamente os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica", diz a ONG.

As últimas eleições para presidente, em 2018, foram marcadas por boicote da oposição, prisões de candidatos e chamadas de "grotescas" por um grupo de 14 ONGs. O presidente Abdel Fattah al-Sisi foi reeleito com 97% dos votos.

Para o Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos para ONU, em relatório de maio com base de declaração do Mena Rights (ONG baseada na Suíça), nos Emirados Árabes Unidos o aparelho de segurança do Estado foi responsável por um padrão generalizado de violações dos direitos humanos, incluindo prisões e detenções arbitrárias, desaparecimento forçado e tortura, principalmente contra críticos do governo, políticos, figuras da oposição e defensores dos direitos humanos.

O Departamento de Estado dos EUA lista uma série de violações dos direitos humanos no país, com base em uma série de "relatórios dignos de confiança". Prisões e detenções arbitrárias; restrições graves à liberdade de expressão e dos meios de comunicação; interferência na liberdade de reunião pacífica e na liberdade de associação; incapacidade dos cidadãos de mudarem pacificamente o seu governo através de eleições livres e justas; e leis que criminalizam o sexo consensual entre pessoas de mesmo gênero são alguns dos exemplos.

A Etiópia encerrou no fim de 2022, ao menos formalmente, uma guerra civil que durou dois anos e matou dezenas de milhares de pessoas. Apesar do tratado de paz assinado no ano passado, o Human Rights Watch afirmou em relatório de julho que a limpeza étnica persistia no país. (Com agências de notícias)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187641?page=1§ion=1>